



RELATÓRIO E CONTAS | 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. SÓCIOS DO STI	6
3. INFORMAÇÃO LEGAL	8
4. COMENTÁRIOS GERAIS	9
5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA GLOBAL	10
5.1. ANÁLISE ECONÓMICA	10
5.2. ANÁLISE FINANCEIRA	12
5.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	15
6. ORÇAMENTO GERAL	17
6.1. SALDO ORÇAMENTAL.....	17
6.2. RECEITAS.....	18
6.3. DESPESAS.....	20
7. GESTÃO CORRENTE – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	34
7.1. RECEITAS.....	34
7.2. DESPESAS.....	37
8. FUNDO DE AÇÃO SOCIAL – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	66
9. FUNDO DE GREVE.....	86
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	88
11. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	91

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 9.º do Regulamento Orçamental e de Contas, vem a Direção Nacional (DN) apresentar, para apreciação e votação, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2019.

O relatório e contas de uma organização é um instrumento fundamental para demonstrar o percurso efetuado ao longo do ano, discriminar objetivos atingidos, grau de realização dos programas e recursos utilizados. Serve, igualmente, para mostrar os desvios e avaliar os resultados obtidos. O relatório e contas do STI visa demonstrar aos seus sócios, a situação patrimonial, financeira e desempenho económico do sindicato, resultante das atividades desenvolvidas ao longo do último exercício, constantes no plano e orçamento aprovados. Com este objetivo em mente, iremos, ao longo das páginas seguintes, destacar as principais atividades e acontecimentos significativos ocorridos ao longo do ano de 2019 e os correspondentes impactos económicos e financeiros.

O ano de 2019, que correspondeu ao final de mandato da DN anterior, caracterizou-se por ser um ano de intensa atividade sindical que culminou com a concretização do tão ambicionado objetivo – a publicação do diploma de carreiras especiais da AT – DL 132/2019.

Para atingir tal objetivo, ao longo de 2019, foram efetuadas múltiplas reuniões com o Governo, com a AT, e também com a estrutura interna do STI. Realizou-se, ainda, um Conselho Geral Extraordinário com vista à análise, discussão e votação do projeto de diploma de carreiras.

Foram igualmente efetuados, um pouco por todo o país, diversos plenários e visitas a serviços, tendo a DN procurado marcar presença no maior número de Conselhos Distritais possível, com o objetivo de esclarecer os sócios do STI relativamente ao processo de revisão de carreiras.

Foi dada continuidade à política de formação, aprovada e executada ao longo do mandato da anterior DN, com ações de formação sindical, técnica complementar e em regime de autoformação.

No âmbito sociocultural, foram realizados o V e VI Encontros Nacionais de Sócios, que contaram com a participação de mais de 300 sócios.

Foram ainda editados os primeiros códigos STI, distribuídos a 2000 sócios e publicou-se mais um número da revista Sociedade e Fiscalidade.

Do ponto de vista do apoio social, foram concedidos apoios a mais de 643 sócios, quer a título de comparticipação na doença crónica, quer através da recuperação do vencimento perdido, quer ainda através de empréstimos reembolsáveis.

Decorreu também, durante o ano de 2019, o processo negocial respeitante ao seguro de saúde do STI, que abrange mais de 19.000 pessoas, tendo o mesmo voltado a ser contratado com a Médis, para o triénio 2020-2022.

A Direção Nacional

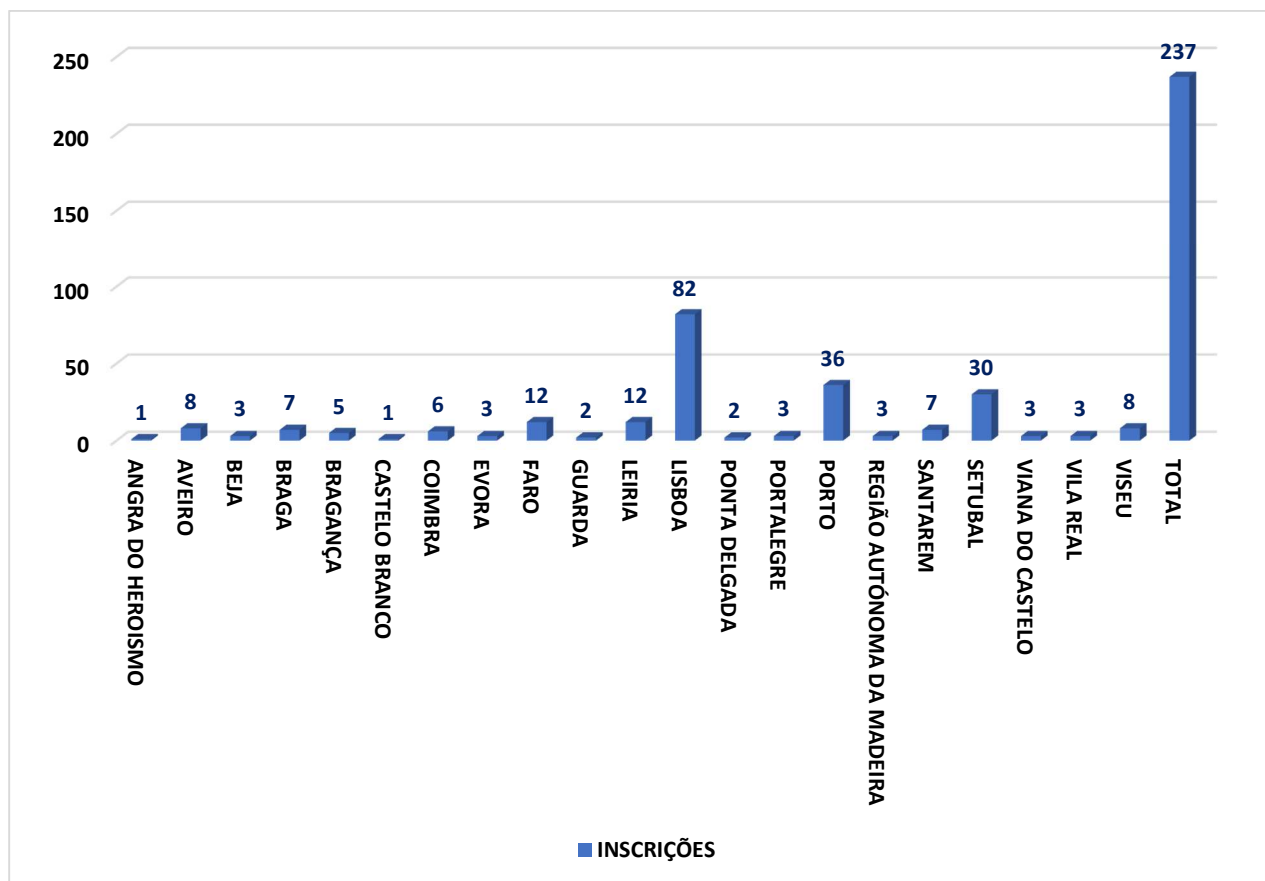
2. SÓCIOS DO STI

No final de 2019, o STI contava com 9978 Sócios, distribuídos por todo o território nacional, em 40 Direções de Serviços ou equivalentes, nos serviços centrais da AT, 21 direções de finanças, 15 alfândegas, 342 serviços de finanças, 16 delegações aduaneiras e 10 postos aduaneiros, o que faz com que o STI seja o sindicato mais representativo dos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira.

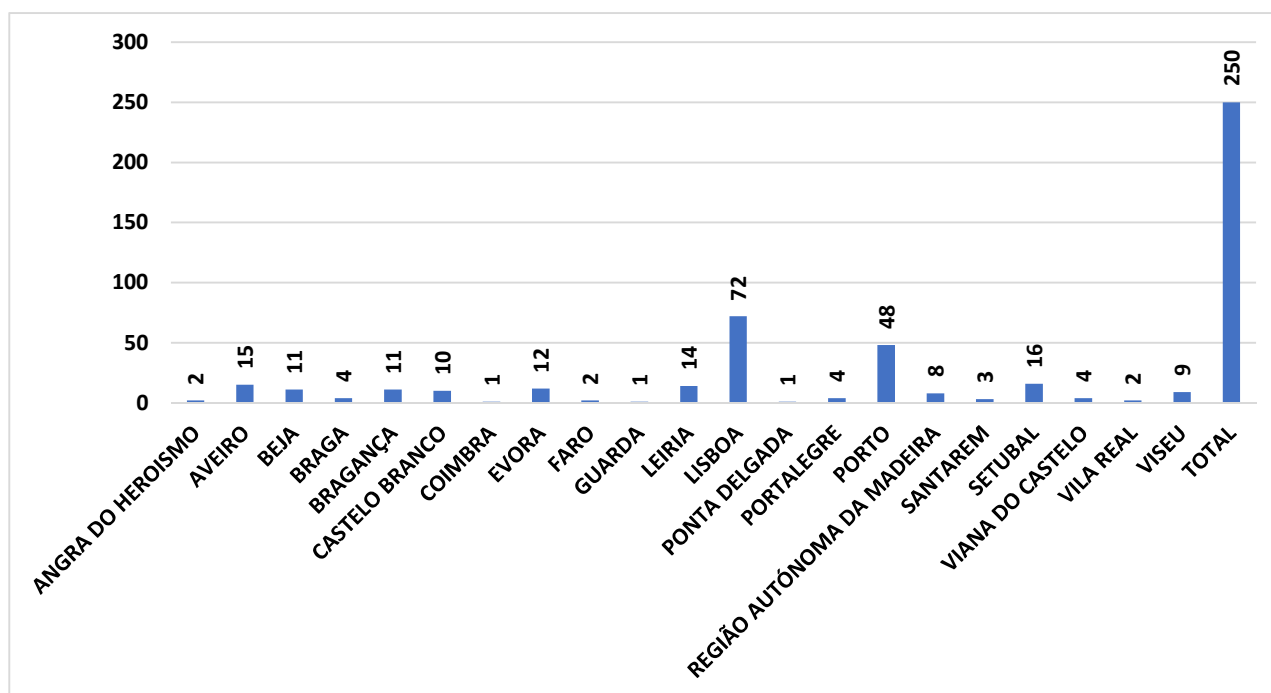
De 2012 a 2019, sindicalizaram-se no STI 2396 Sócios e foram efetuadas 1237 anulações (relembra-se que anulações não são apenas desistências, mas também sócios falecidos e sócios que abandonaram a AT). O saldo final é, portanto, positivo em 1159 Sócios.

No período temporal atrás referido, o ano de 2019 foi o menos favorável, como adiante se mostrará, pois, sindicalizaram-se 237 trabalhadores, tendo sido efetuadas 250 anulações. Nestas anulações incluem-se 40 sócios que faleceram e 13 sócios que deixaram a AT. Assim, as desistências propriamente ditas foram 197. Apesar de tudo, neste ano, as inscrições (237) foram superiores às desistências (197).

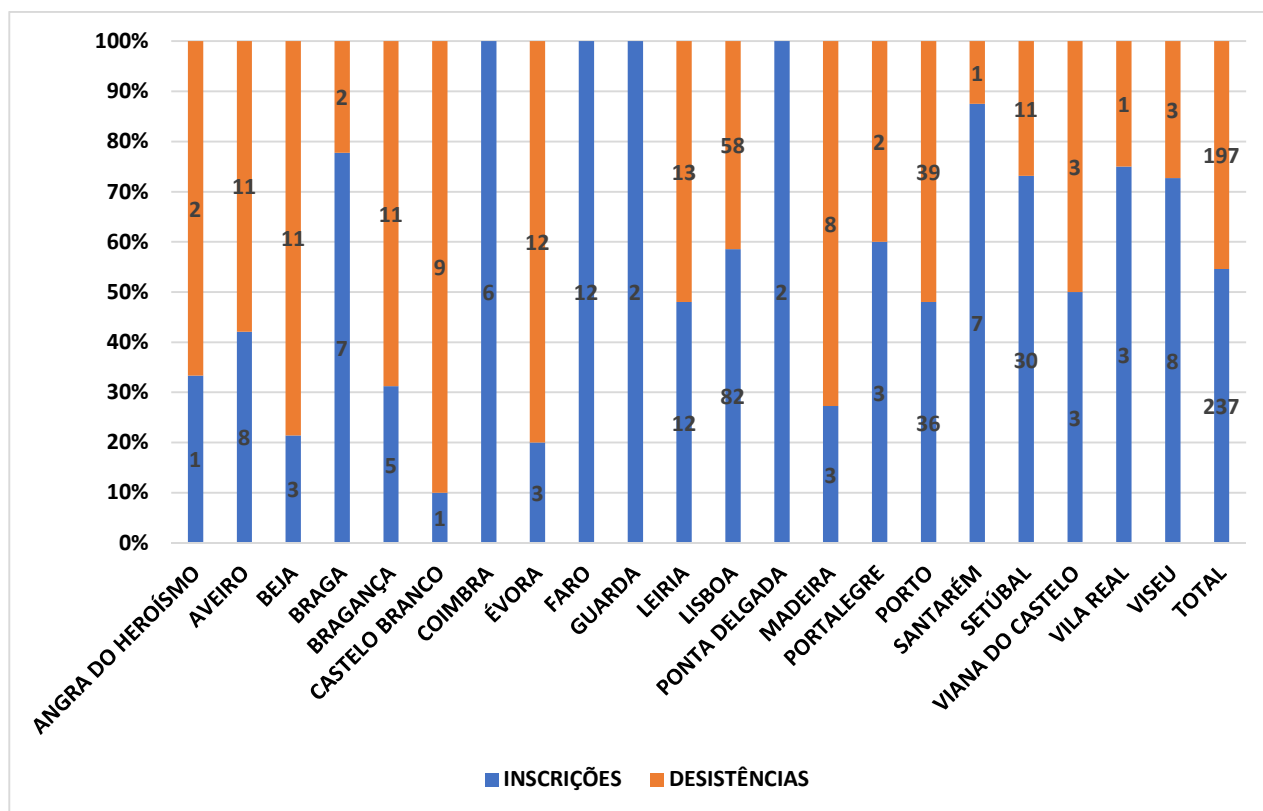
INSCRIÇÕES POR DISTRITO



ANULAÇÕES POR DISTRITO



COMPARAÇÃO INSCRIÇÕES / DESISTÊNCIAS



3. INFORMAÇÃO LEGAL

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015, de 24 de julho, e n.º 218/2015, de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”. O SNC – ESNL é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de julho.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

- ✓ As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do STI, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras;
- ✓ “Regime de acréscimo (periodização económica)”, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, independentemente do momento do recebimento ou do pagamento;
- ✓ Relativamente aos “Ativos Fixos Tangíveis” a sua mensuração inicial baseou-se no método do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas fiscalmente (Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro) que se considera representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o bem entrou em funcionamento.

4. COMENTÁRIOS GERAIS

O ano de 2019 foi caracterizado pelos seguintes aspetos, que determinaram significativamente a execução orçamental e o desempenho económico e financeiro do STI:

- ✓ O ano de 2019 correspondeu ao final de mandato da DN anterior;
- ✓ Não sendo a DN que vai apresentar as contas, a que foi responsável pela sua execução, optou-se por elaborar um relatório com estrutura semelhante ao apresentado no ano de 2018;
- ✓ O STI tinha, em 31 de dezembro, um total de 9978 sócios com uma quotização de 1% do valor bruto da sua remuneração;
- ✓ Nos termos do artigo 50º dos Estatutos, o Orçamento para 2019 determinou a seguinte chave de afetação das quotizações:
 - 57% para a Gestão Corrente
 - 38% para o Fundo de Ação Social (FAS)
 - 5% para o Fundo de Greve
- ✓ O Resultado Líquido do exercício (Gestão corrente e FAS) é negativo;
- ✓ A execução orçamental caracteriza-se por um saldo negativo na gestão corrente e um saldo negativo no FAS.

A influenciar estes resultados, estiveram, entre outros, os seguintes fatores:

- ✓ O Processo de Revisão de Carreiras, que determinou a realização de um Conselho Geral extraordinário, para além de diversas reuniões com o Governo, a Direção Geral da AT e a estrutura interna do STI.
- ✓ Edição dos Códigos STI.

Ainda durante o ano de 2019, foi adquirida a sede da Direção Distrital de Leiria, também refletida nas contas deste ano, embora sem impacto orçamental direto.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA GLOBAL

5.1. ANÁLISE ECONÓMICA

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício (Gestão Corrente e FAS) no ano de 2019 é negativo, em **67.868,04 Euros**, conforme se demonstra no quadro seguinte:

CONTAS	2019		2018	2017	VARIAÇÃO	
	VALOR	%			19/18	18/17
RENDIMENTOS	3 796 542,51 €	100%	3 655 504,74 €	3 539 288,31 €	4%	3%
QUOTIZAÇÕES	3 714 486,69 €	97,84%	3 547 743,30 €	3 378 138,73 €	5%	5%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	63 180,53 €	1,66%	84 223,28 €	140 979,68 €	-25%	-40%
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	18 875,29 €	0,50%	23 538,16 €	20 169,90 €	-20%	17%
GASTOS	-3 862 486,77 €	100%	-3 768 978,12 €	-3 907 117,22 €	2%	-4%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-2 879 309,18 €	74,55%	-2 574 028,10 €	-2 869 860,07 €	12%	-10%
GASTOS COM PESSOAL	-482 933,07 €	12,50%	-473 813,51 €	-462 367,43 €	2%	2%
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	-8 043,36 €	0,21%	0,00 €	0,00 €	100%	
OUTROS GASTOS E PERDAS	-437 518,20 €	11,33%	-665 180,62 €	-522 373,16 €	-34%	27%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-54 682,96 €	1,42%	-55 955,89 €	-52 516,56 €	-2%	7%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	- 65 944,26 €		- 113 473,38 €	- 367 828,91 €	-42%	-69%
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	-1 923,78 €		-4 167,81 €	-5 860,69 €	-54%	-29%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	- 67 868,04 €		- 117 641,19 €	- 373 689,60 €	-42%	-69%

O resultado líquido obtido traduz-se, em termos globais e relativamente a 2018, num aumento de rendimentos em cerca de 4%, sendo que os gastos tiveram uma evolução igualmente positiva de 2%.

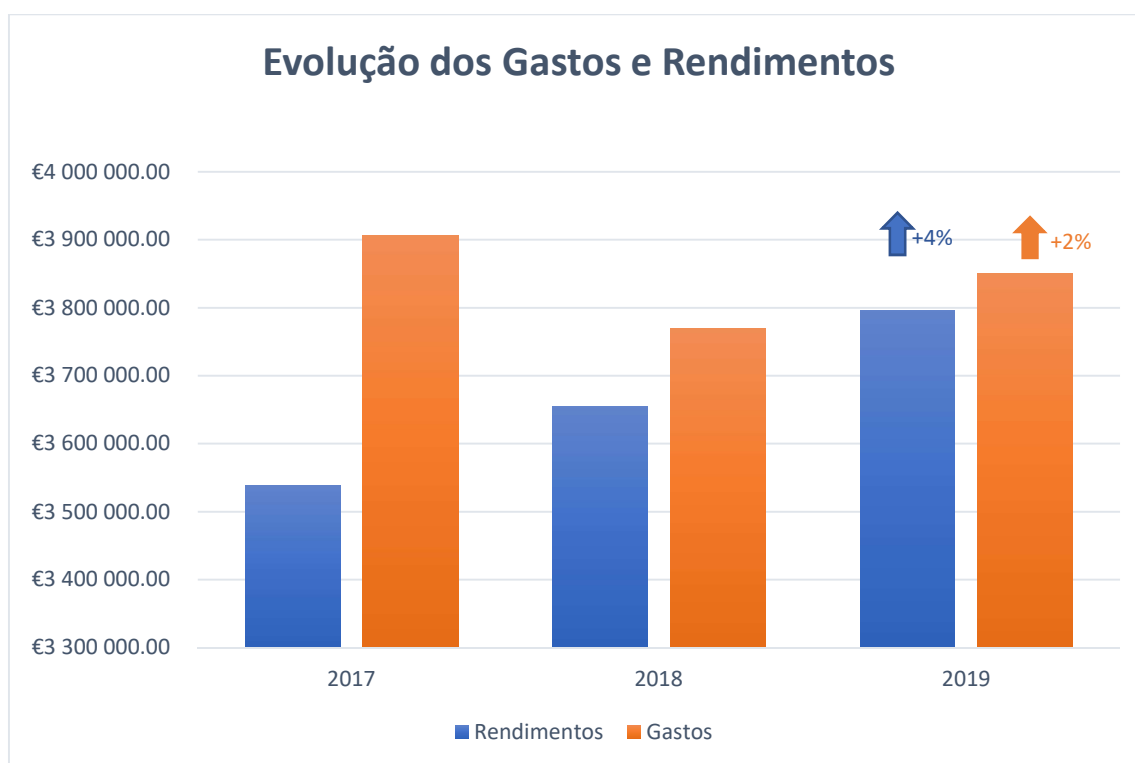
O resultado líquido de 2019, apesar de negativo, apresenta uma evolução positiva quando comparado com os dois anos imediatamente anteriores. A influenciar essa evolução destacam-se os seguintes fatores:

- ✓ As receitas provenientes das quotizações, no montante de 3,7 milhões de euros, correspondendo a 98% do total dos rendimentos e a um aumento de 5% em relação a 2018;
- ✓ Os gastos com fornecimentos e serviços externos, no montante de 2,9 milhões de euros, representando 75% da estrutura de gastos, com um acréscimo de 12% em relação a 2018;
- ✓ Outros gastos e perdas, no montante de 437 mil euros, correspondendo a 11% da estrutura de gastos, com uma diminuição de 34% em relação a 2018;

Ainda neste ponto, embora sem significativa influência no resultado líquido do exercício, destaca-se o registo de um gasto relativo a uma perda por imparidade em dívidas a receber, no valor de 8.043,36 Euros, proveniente de uma dívida com uma antiguidade de mais de 10 anos, cujo devedor já faleceu. Entendeu-se, assim, existirem evidências objetivas da incobrabilidade da dívida em causa.

Outro ponto a merecer realce, prende-se com o facto de se encontrar a influenciar negativamente o resultado líquido do exercício, o montante de 11.589,06 Euros relativo à compensação atribuída por perdas de vencimento, que embora respeitante ao ano de 2019 apenas foi objeto de pagamento no ano de 2020, como adiante teremos oportunidade de explicar.

Analisando o gráfico apresentado, observa-se o comportamento dos rendimentos e gastos ao longo dos últimos três exercícios e a consequente evolução positiva do resultado líquido:



5.2. ANÁLISE FINANCEIRA

ATIVO

Em 2019, o valor do Ativo ascendia a cerca de 4,2 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição de 2% em relação ao ano de 2018 e de 3% em relação a 2017. Esta posição resulta, essencialmente, da diminuição dos valores de caixa e depósitos bancários (-1%) que detêm um peso significativo no Ativo (62%). Esta diminuição prende-se com os seguintes fatores:

- ✓ Participação da greve de dezembro/2018, cujo pagamento ocorreu em março/2019 e ascendeu ao montante de 152.713,31 Euros;
- ✓ Compra da Sede da Distrital de Leiria em 2019, cujo montante global ascendeu a 65.515,36 Euros;
- ✓ Atraso no depósito das quotas provenientes da contabilidade pública, referentes ao mês de dezembro de 2019, no valor de 139.535,92 Euros, as quais só foram depositadas na conta do STI em janeiro de 2020.

Nota ainda, para um ligeiro aumento dos valores em ativos fixos tangíveis (1%), motivado pela aquisição da sede da Distrital de Leiria.

RUBRICAS	2019		2018	2017	VARIAÇÃO	
	VALOR	%			19/18	18/17
ATIVO	4 273 261,37 €	100%	4 349 421,69 €	4 407 755,51 €	-2%	-1%
ATIVO NÃO CORRENTE	1 204 152,65 €	28,18%	1 187 215,37 €	1 236 321,39 €	1%	-4%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 202 650,52 €	28,14%	1 186 157,27 €	1 234 801,03 €	1%	-4%
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	1 502,13 €	0,04%	1 058,10 €	1 520,36 €	42%	-30%
ATIVO CORRENTE	3 069 108,72 €	71,82%	3 162 206,32 €	3 171 434,12 €	-3%	-0,3%
SÓCIOS EMPRÉSTIMOS FAS	214 664,20 €	5%	252 434,02 €	230 959,80 €	-15%	9%
SÓCIOS EMPRÉSTIMOS FSE	4 709,86 €	0,11%	10 265,91 €	24 593,36 €	-54%	-58%
DIREÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS	40 264,13 €	0,94%	38 620,19 €	47 531,10 €	4%	-19%
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	349,26 €	0,01%	559,05 €	3 257,84 €	-38%	-83%
APOIO JURÍDICO A SÓCIOS	2 929,00 €	0,07%	9 310,69 €	9 689,69 €	-69%	-4%
OUTRAS CONTAS A RECEBER	146 230,72 €	3,42%	155 207,28 €	56 084,91 €	-6%	177%
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2 659 961,55 €	62,25%	2 695 809,18 €	2 799 317,42 €	-1%	-4%

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

Em relação ao Passivo, que em final de 2019 ascendia a 252 milhares de euros, destaque para o aumento do passivo corrente (+494%), onde se encontra contabilizado, na rubrica outras contas a pagar, entre outros, o valor correspondente ao prémio do seguro de saúde do mês de dezembro de 2019, no valor de 203.274,62 Euros, o qual apenas foi pago no mês de janeiro de 2020, bem como o valor de 11.589,06 Euros respeitante a compensação por perdas de vencimento referentes ao exercício de 2019, mas apenas objeto de pagamento em 2020. Contudo, em cumprimento do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, foi reconhecido o respetivo gasto no ano em que ocorreu, independente do momento do pagamento.

Salienta-se, ainda, a diminuição dos Fundos Próprios (-2%), que se deve à diminuição das quantias afetas ao Fundo de Greve (-2%) em virtude do pagamento da greve de dezembro de 2018, mas, essencialmente, à significativa variação negativa da rubrica – Resultados Transitados – em consequência dos resultados líquidos negativos obtidos em 2017 e 2018. Em relação a este ponto há ainda que prestar o seguinte esclarecimento:

O prémio do seguro de saúde respeitante ao mês de dezembro de 2018, no montante de 179.099,72 Euros, apesar de pago em janeiro de 2019, deveria ter sido contabilizado como gasto nas contas de 2018, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, no entanto, tal não sucedeu.

Por se considerar estarmos perante um erro contabilístico materialmente relevante, que afeta resultados de períodos anteriores, o valor em causa foi imputado à conta de resultados transitados, por aplicação da NCRF 4. Em face deste procedimento, os resultados transitados passam de um valor de - 373.689,60 Euros (em 31/12/2018) para um valor de -670.430,51 Euros (em 31/12/2019), quando seria expectável que apenas ascendessem ao montante de - 491.330,79 Euros.

RUBRICAS	2019		2018	2017	VARIAÇÃO	
	VALOR	%			19/18	18/17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	4 273 261,37 €	100%	4 349 421,69 €	4 407 755,51 €	-2%	-1%
FUNDOS PATRIMONIAIS	4 021 211,96 €	94,10%	4 306 907,46 €	4 312 082,02 €	-7%	0%
FUNDO DE GREVE	2 041 356,93 €	47,77%	2 080 084,67 €	1 967 618,04 €	-2%	6%
RESERVAS P/ INVESTIMENTO	2 166 478,89 €	50,70%	2 166 478,89 €	2 166 478,89 €	0%	0%
FAS - RESERVAS LEGAIS	551 674,69 €	12,91%	551 674,69 €	551 674,69 €	0%	0%
RESULTADOS TRANSITADOS	- 670 430,51 €	-15,69%	- 373 689,60 €	- €	79%	>100%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	- 67 868,04 €	-1,59%	- 117 641,19 €	- 373 689,60 €	-42%	-69%
PASSIVO	252 049,41 €	5,90%	42 514,23 €	95 673,49 €	493%	-55,6%
PASSIVO NÃO CORRENTE	118,62 €	0,003%	117,14 €	- €	1%	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	118,62 €	0,003%	117,14 €	- €	1%	
PASSIVO CORRENTE	251 930,79 €	5,90%	42 397,09 €	95 673,49 €	494%	-56%
DIREÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS	- €	0,00%	9,02 €	- €	-100%	
SEGURO GRUPO VIDA/REFORMA	6 394,68 €	0,15%	7 007,97 €	6 577,79 €	-9%	7%
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	15 094,39 €	0,35%	22 470,30 €	21 722,61 €	-33%	3%
OUTRAS CONTAS A PAGAR	230 441,72 €	5,39%	12 909,80 €	67 373,09 €	1685%	-81%

5.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Apresenta-se, de seguida, a evolução do património do STI ao longo dos últimos 8 anos, nomeadamente os ativos fixos tangíveis e os depósitos a prazo.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

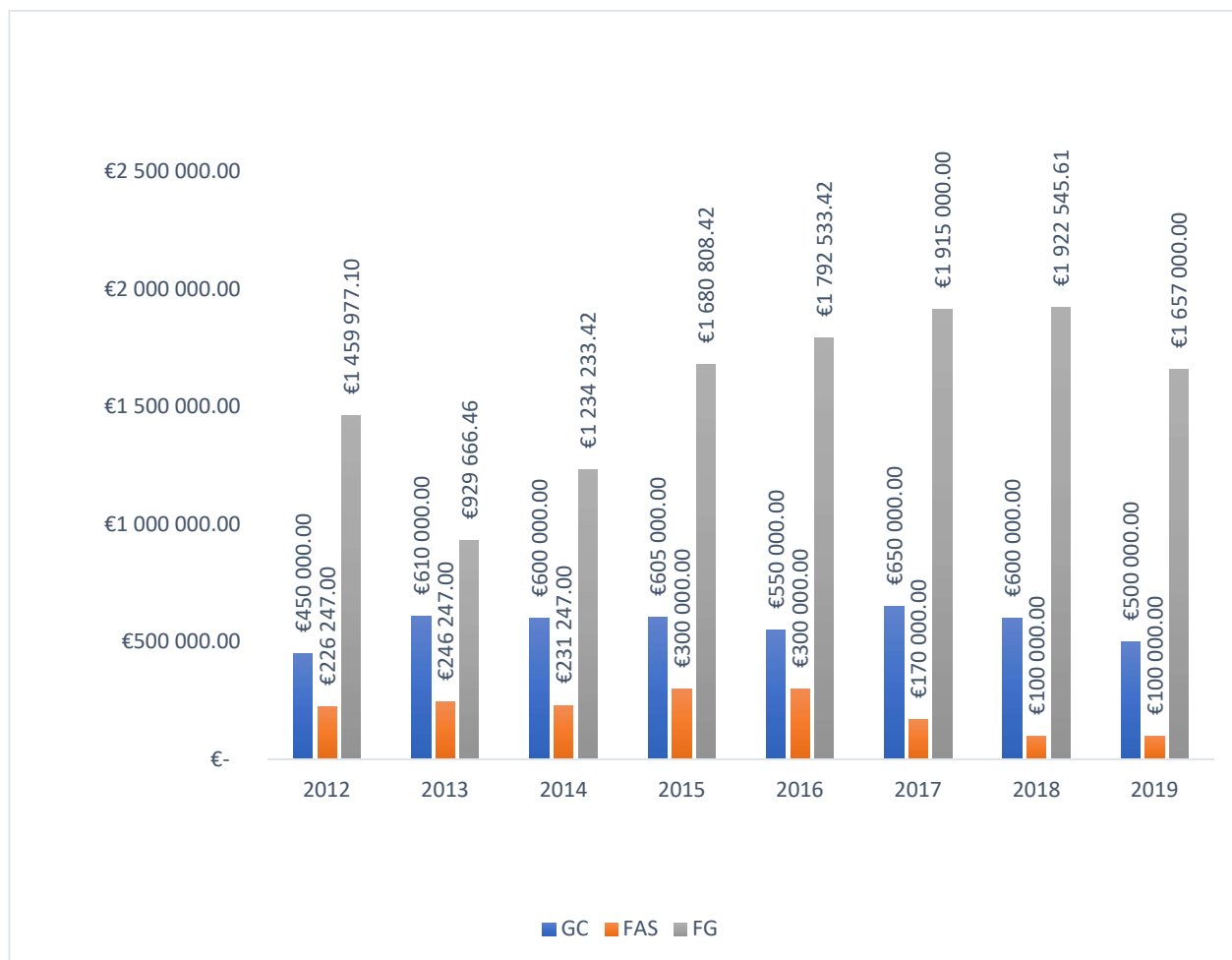
Os Ativos Fixos Tangíveis do STI cresceram, entre 2012 e 2019, 14 %, atingindo hoje mais de 2,1 milhões de euros (Valor Bruto).



DEPÓSITOS A PRAZO

No ano de 2019, constata-se uma ligeira diminuição dos depósitos a prazo, quando comparado com o ano anterior. No entanto, por observação do gráfico seguinte, verifica-se que, relativamente a 2012, os depósitos a prazo aumentaram cerca de 6%.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS A PRAZO



6. ORÇAMENTO GERAL

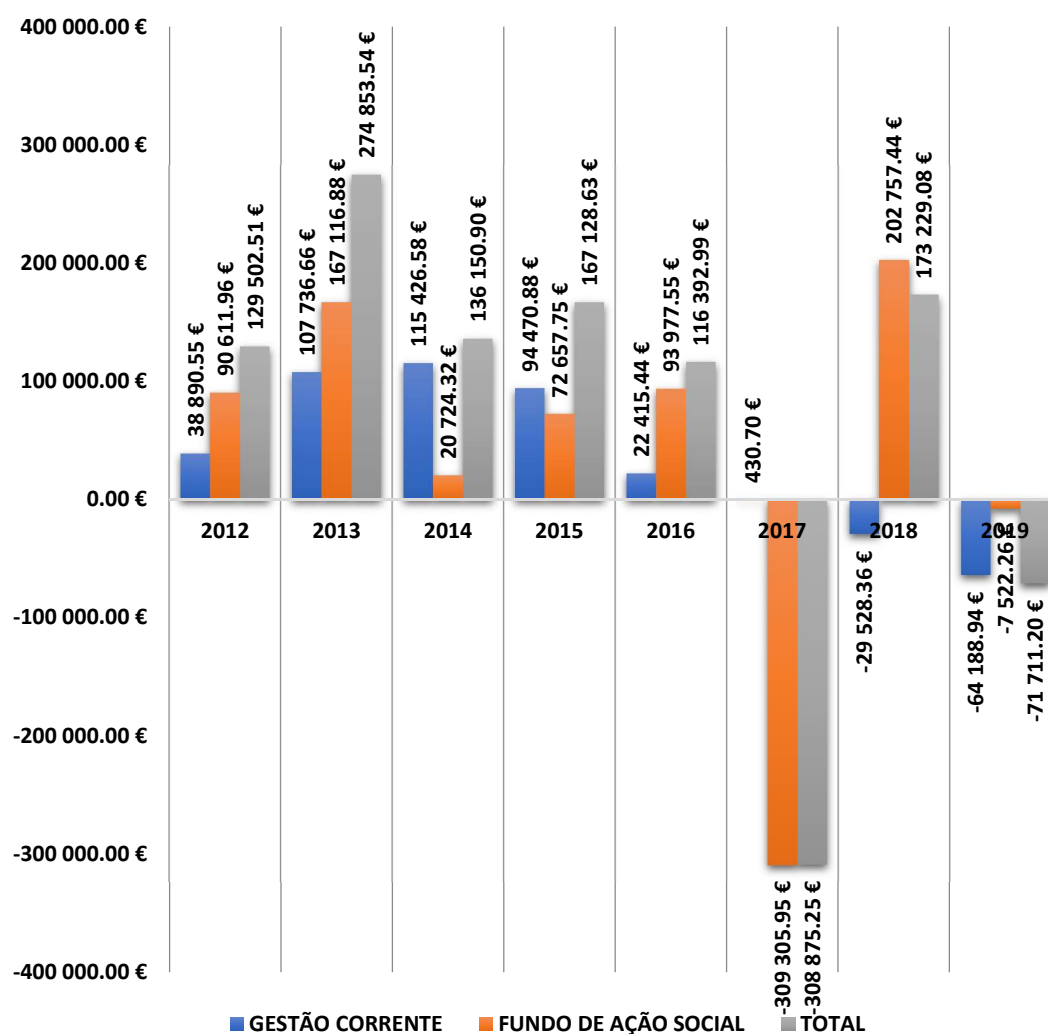
6.1. SALDO ORÇAMENTAL

O saldo orçamental global é negativo em **71.711,20 Euros**.

Na Gestão Corrente é negativo em **64.188,94 Euros**, o que representa 2,8% da receita total de quotizações.

No FAS é negativo em **7.522,26 Euros**.

EVOLUÇÃO DO SALDO ORÇAMENTAL



6.2. RECEITAS

As receitas obtidas em 2019 ascenderam a 3.779.820 Euros, valor que corresponde, na sua larga maioria, às quotizações cobradas aos sócios do STI.

QUOTIZAÇÕES

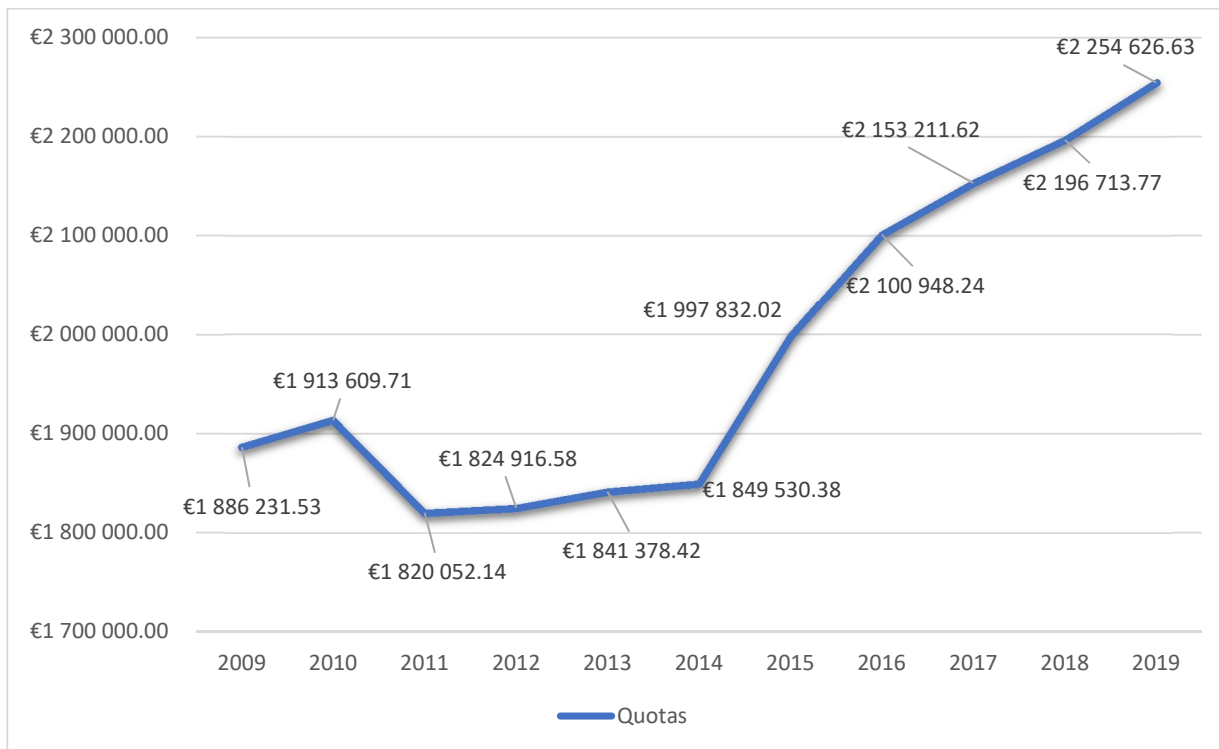
	2015	2016	2017	2018	2019
ORÇAMENTADO	1.835.379,26 €	1.987.939,87 €	2.160.000,00 €	2.380.560,00 €	2.380.560,00 €
EXECUÇÃO	1.997.832,08 €	2.100.948,24 €	2.153.211,62 €	2.196.713,77 €	2.254.626,63 €
%	109 %	106 %	100 %	92 %	95 %

As quotizações globais em 2019 ascenderam a **2.254.626,63 Euros**.

O valor das quotas é imputado à **Gestão Corrente**, **Fundo de Ação Social** e **Fundo de Greve** com base na chave de repartição determinada no orçamento. No ano de 2019, a chave de repartição das quotizações foi, nos termos da alínea d) do Art.º 50.º dos Estatutos:

 GESTÃO CORRENTE	57%
 FUNDO DE AÇÃO SOCIAL	38%
 FUNDO DE GREVE	5%

EVOLUÇÃO DAS QUOTIZAÇÕES 2009/2019



Não obstante o crescimento continuado das quotas ao longo de 10 anos, verifica-se que no ano de 2019, apesar de um crescimento de 2,6% nas quotas arrecadadas, esta rubrica ficou aquém do valor orçamentado. Com efeito, a previsão de crescimento estimada no orçamento de 2019 não se concretizou, apesar dos aumentos salariais verificados em 2019, provenientes dos descongelamentos salariais, progressões automáticas e progressões resultantes de procedimentos concursais e avaliação permanente.

É de realçar ainda que, pela primeira vez na história do STI, o balanço de entrada/saída de sócios foi negativo, ou seja, as saídas de sócios foram superiores às entradas, o que naturalmente terá a sua influência nas quotas arrecadadas.

Podemos, todavia, concluir que a capacidade de crescimento do STI, se mantém, uma vez que existe margem para o aumento da taxa de sindicalização o que, naturalmente, se traduzirá no valor de quotas arrecadado.

6.3. DESPESAS**ESTRUTURA DA DESPESA**

As despesas totais do STI, em 2019, ascenderam à quantia de 3.851.531,20 Euros. Neste montante estão incluídos 2.470.891,83 Euros respeitante a despesas do Fundo de Ação Social.

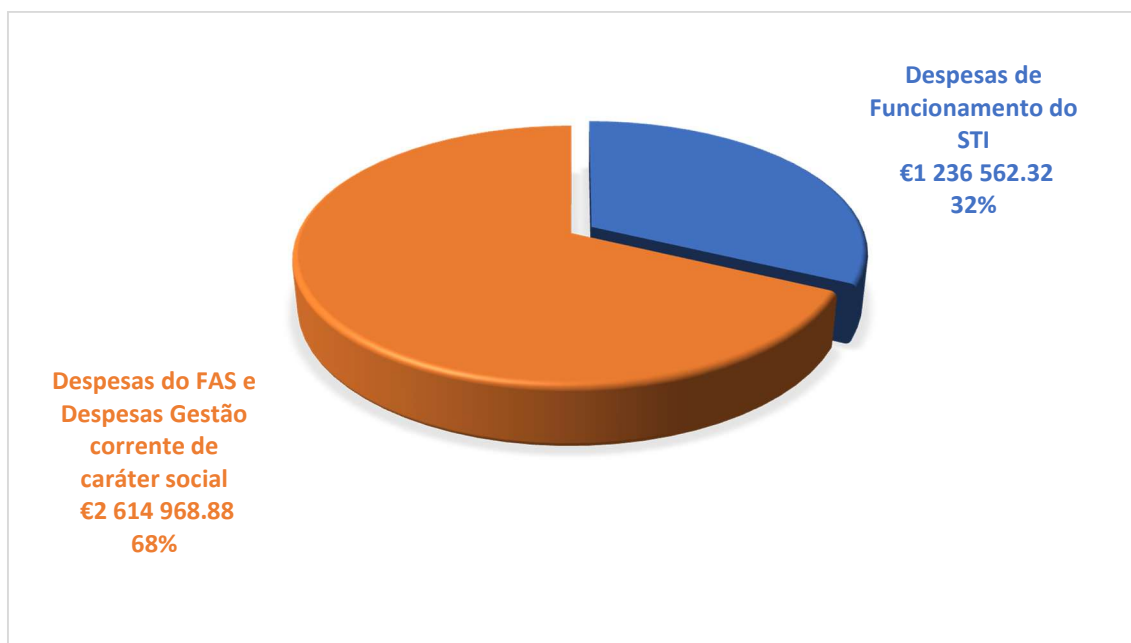
Se a este último valor, 2.470.891,83 Euros, adicionarmos as despesas do Orçamento da Gestão Corrente que se destinam a apoio direto aos sócios, nomeadamente:

- ✓ Participação na aquisição de livros técnicos e outro material de carácter técnico profissional;
- ✓ Participação dos Códigos STI;
- ✓ As iniciativas de carácter social/lúdico - Os encontros de Trabalhadores, ao nível distrital, regional e nacional;
- ✓ E as ações de formação, Seminários e Conferências,

As despesas de carácter social passam a representar **68 %** do total da despesa, conforme a seguir se demonstra:

RÚBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
ATIVIDADES PROGRAMADAS			
Âmbito Nacional:			
Encontro Nacional de Sócios	30.000,00 €	28.728,50 €	96%
Apoio a iniciativas Distritais	3.000,00 €	2.900,00 €	97%
DIVERSOS			
Comparticipação em Livros Técnico-Profissionais	20.000,00 €	26.497,11 €	132%
Códigos STI	20.000,00 €	45.608,18 €	228%
FORMAÇÃO			
Formação	30.000,00 €	30.353,78 €	101%
Seminários/Conferências	10.000,00 €	9.989,48 €	100%
TOTAL	113.000,00 €	144.077.05 €	

Assim, podemos afirmar que, a despesa com o funcionamento do STI e dos seus órgãos representa 32 % de toda a despesa total do STI, enquanto que a despesa de carácter social e de retorno aos sócios através dos diversos serviços que o STI lhes presta, representa 68% da despesa total.



De seguida iremos analisar a verba antes referida como DESPESA DE FUNCIONAMENTO, subdividindo-a por grandes grupos de despesa, a saber:

- I. Investimento;
- II. Estrutura;
- III. Órgãos Executivos Nacionais;
- IV. Órgãos Deliberativos;
- V. Estrutura Distrital e Regional.

I. INVESTIMENTO

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
Mobiliário	2.000,00 €		0%
Equipamentos	3.000,00 €	2.028,79 €	68%
Imobilizado Direções Distritais	6.602,07 €	3.632,06 €	55%
Aquisição da Sede para a DD Leiria	57.500,00 €	65.515,36 €	
Aquisição da Sede para a DD Setúbal	100.000,00 €		
TOTAL	169.102,07 €	71.176,21 €	42%

II. ESTRUTURA

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO			
RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
Instalações	3.000,00 €	2.318,32 €	77%
Equipamentos	8.000,00 €	14.790,57 €	185%
TOTAL	11.000,00 €	17.108,89 €	156%

COMUNICAÇÃO			
Papel	1.500,00 €	1.377,60 €	92%
Correio (Selos e Avenças)	25.000,00 €	12.656,82 €	51%
Envelopes e Impressos	3.000,00 €	4.257,47 €	142%
Material de Impressão	7.000,00 €	4.182,36 €	60%
Telefone, Telemóvel e Internet	35.000,00 €	21.981,39 €	63%
Site Stimpostos	1.000,00 €	3.329,57 €	333%
TOTAL	72.500,00 €	47.785,21 €	66%

ENCARGOS COM VIATURAS			
VW:			
Combustível	4.000,00 €	5.236,97 €	131%
Conservação e Reparação	3.000,00 €	2.613,62 €	87%
Outros Encargos	4.000,00 €	3.740,01 €	94%
TOTAL	11.000,00 €	11.590,60 €	105%
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			

Água e Taxa de saneamento	2.100,00 €	1.953,74 €	93%
Energia Elétrica	9.000,00 €	8.519,88 €	95%
Condomínio	1.200,00 €	1.108,80 €	92%
Material de Escritório	5.000,00 €	6.076,99 €	122%
Documentação técnica/Jornais e outras Publicações	4.000,00 €	2.764,88 €	69%
Material de Desgaste Rápido	1.000,00 €	791,01 €	79%
Limpeza das instalações	5.500,00 €	5.882,88 €	107%
Apoio a Reuniões	2.500,00 €	2.452,20 €	98%
Seguro das Instalações	1.200,00 €	999,95 €	83%
Deslocações na cidade	500,00 €	464,21 €	93%
TOTAL	32.000,00 €	31.014,54 €	97%

DESPESAS COM O PESSOAL

Ordenados	350.000,00 €	351.438,97 €	100%
Abono p/Falhas	500,00 €	510,00 €	102%
Encargos sobre Ordenados	85.000,00 €	84.951,99 €	100%
Seguro de Acidentes de Trabalho	4.500,00 €	3.410,27 €	76%
Subsídios de Alimentação	35.000,00 €	37.372,50 €	107%
Formação Profissional	500,00 €	255,00 €	51%
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	1.000,00 €	1.428,60 €	143%
Despesas de Deslocação	5.000,00 €	3.565,74 €	71%
TOTAL	481.500,00 €	482.933,07 €	100%

OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS

Gastos Financeiros/Encargos Bancários	2.500,00 €	2.999,93 €	120%
TOTAL	2.500,00 €	2.999,93 €	120%

CONTENCIOSO

Honorários	31.000,00 €	60.733,27 €	196%
Preparos, Custas e Outros	5.000,00 €	6.448,50 €	129%
TOTAL	36.000,00 €	67.181,77 €	187%

DIVERSOS

Quotas:	4.200,00 €	4.097,37 €	98%
- Apotec		228,00 €	

- Federação Campismo e Montanhismo		19,37 €	
- UFE		3.850,00 €	
TOTAL	4.200,00 €	4.097,37 €	98%

DESPESAS NÃO ORÇAMENTADAS

Despesas não orçamentadas	13.636,73 €	5.858,58 €	43%
TOTAL	13.636,73 €	5.858,58 €	43%

TOTAL	664.336,73€	670.569,96€	100%
--------------	--------------------	--------------------	-------------

III. ÓRGÃOS EXECUTIVOS NACIONAIS

DESLOCAÇÕES E ESTADAS			
RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
Reuniões da Direção Nacional	20.000,00 €	16.187,56 €	81%
Outras Reuniões	8.000,00 €	20.743,29 €	259%
FUNCIONAMENTO DOS PELOURS			
Outros Pelouros	2.000,00 €	893,65 €	45%
Diretores em Permanência	32.000,00 €	35.875,93 €	112%
Diretores a Tempo Parcial	17.000,00 €	16.782,16 €	99%
Visitas a serviços/entidades diversas	5.000,00 €	2.485,22 €	50%
OUTROS ÓRGÃOS DO SINDICATO			
Mesa Coordenadora	4.000,00 €	3.707,67 €	93%
Conselho Fiscal	9.000,00 €	7.006,53 €	78%
Conselho Disciplinar	2.500,00 €	329,67 €	13%
Comissão Eleitoral	3.000,00 €	3.347,56 €	112%
Comissão Nacional	500,00 €		0%
TOTAL	103.000 €	107.359,24 €	104%

SEGUROS			
Órgãos do STI	500,00 €	450,80 €	90%

TOTAL	500,00 €	450,80 €	90%
--------------	-----------------	-----------------	------------

ENCARGOS COM VIATURAS			
FORD:			
Combustível	4.000,00 €	3.622,80 €	91%
Conservação e Reparação	2.000,00 €	783,15 €	39%
Outros Encargos	3.000,00 €	2.877,30 €	96%
HONDA:			
Combustível	4.000,00 €	3.851,50 €	96%
Conservação e Reparação	4.000,00 €	767,71 €	19%
Outros Encargos	3.000,00 €	2.640,49 €	88%
TOTAL	20.000,00 €	14.542,95 €	73%

OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS			
RENDAS			
Apartamento DN	7.978,71 €	7.700,00 €	97%
TOTAL	7.978,71 €	7.700,00 €	97%

DESPESAS ELEITORAIS			
Eleições	14.000,00 €	10.456,19 €	75%
TOTAL	14.000,00 €	10.456,19 €	75%

TOTAL	145.478,71 €	140.509,18 €	97%
--------------	---------------------	---------------------	------------

IV. ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

REUNIÕES DE ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%

Conselho Geral/Assembleia Geral de Sócios	60.000,00 €	63.914,58 €	107%
TOTAL	60.000,00 €	63.914,58 €	107%

V. ESTRUTURA DISTRITAL E REGIONAL

TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ESTRUTURAS

DIREÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS			
RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
DR Açores	8.500,00 €	8.844,03 €	104%
DR Madeira	8.900,00 €	8.225,05 €	92%
Aveiro	20.600,00 €	13.375,80 €	65%
Beja	5.300,00 €	2.936,90 €	55%
Braga	19.700,00 €	10.796,54 €	55%
Bragança	2.425,00 €	1.042,51 €	43%
Castelo Branco	7.400,00 €	2.931,71 €	40%
Coimbra	9.900,00 €	10.013,21 €	101%
Évora	6.500,00 €	0,00 €	0%
Faro	14.600,00 €	6.402,24 €	44%
Guarda	4.200,00 €	2.958,40 €	70%
Leiria	14.700,00 €	13.462,60 €	92%
Lisboa	82.800,00 €	74.771,51 €	90%
Portalegre	5.100,00 €	4.091,04 €	80%
Porto	48.000,00 €	36.906,85 €	77%
Santarém	12.500,00 €	8.083,96 €	65%
Setúbal	21.600,00 €	10.698,42 €	50%
Viana do Castelo	8.300,00 €	3.342,64 €	40%
Vila Real	6.000,00 €	3.545,40 €	59%
Viseu	12.300,00 €	2.539,04 €	21%
TOTAL	319.325,00 €	224.967,85 €	70%

RUBRICA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	%
DIREÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS - RECREA			

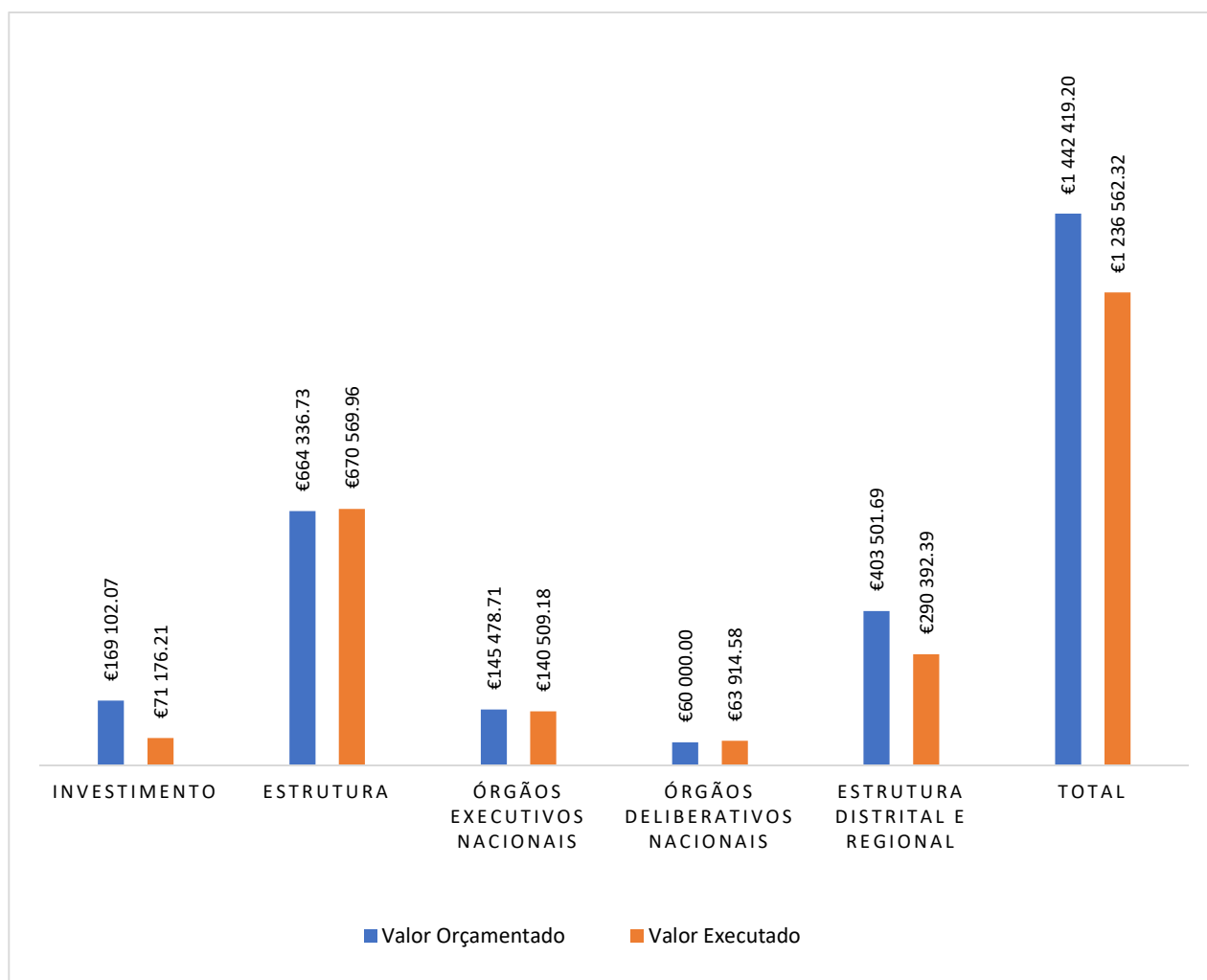
DR Açores	900,00 €	900,00 €	100%
DR Madeira	2.100,00 €	2.100,00 €	100%
Aveiro	3.000,00 €		0%
Beja	1.325,00 €	1.325,00 €	100%
Braga	3.700,00 €		0%
Bragança	€	€	100%
Castelo Branco	1.850,00 €	1.850,00 €	100%
Coimbra	2.475,00 €	2.475,00 €	100%
Faro	3.650,00 €	3.650,00 €	100%
Guarda	1.050,00 €	1.050,00 €	100%
Leiria	2.800,00 €	2.800,00 €	100%
Lisboa	12.050,00 €	12.050,00 €	100%
Porto	5.000,00 €		0%
Santarém	3.125,00 €		0%
Setúbal	5.400,00 €	5.400,00 €	100%
Viana do Castelo	2.075,00 €	2.075,00 €	100%
Vila Real	1.150,00 €		0%
Viseu	3.000,00 €	3.000,00 €	100%
TOTAL	54.650,00 €	38.675,00 €	71%

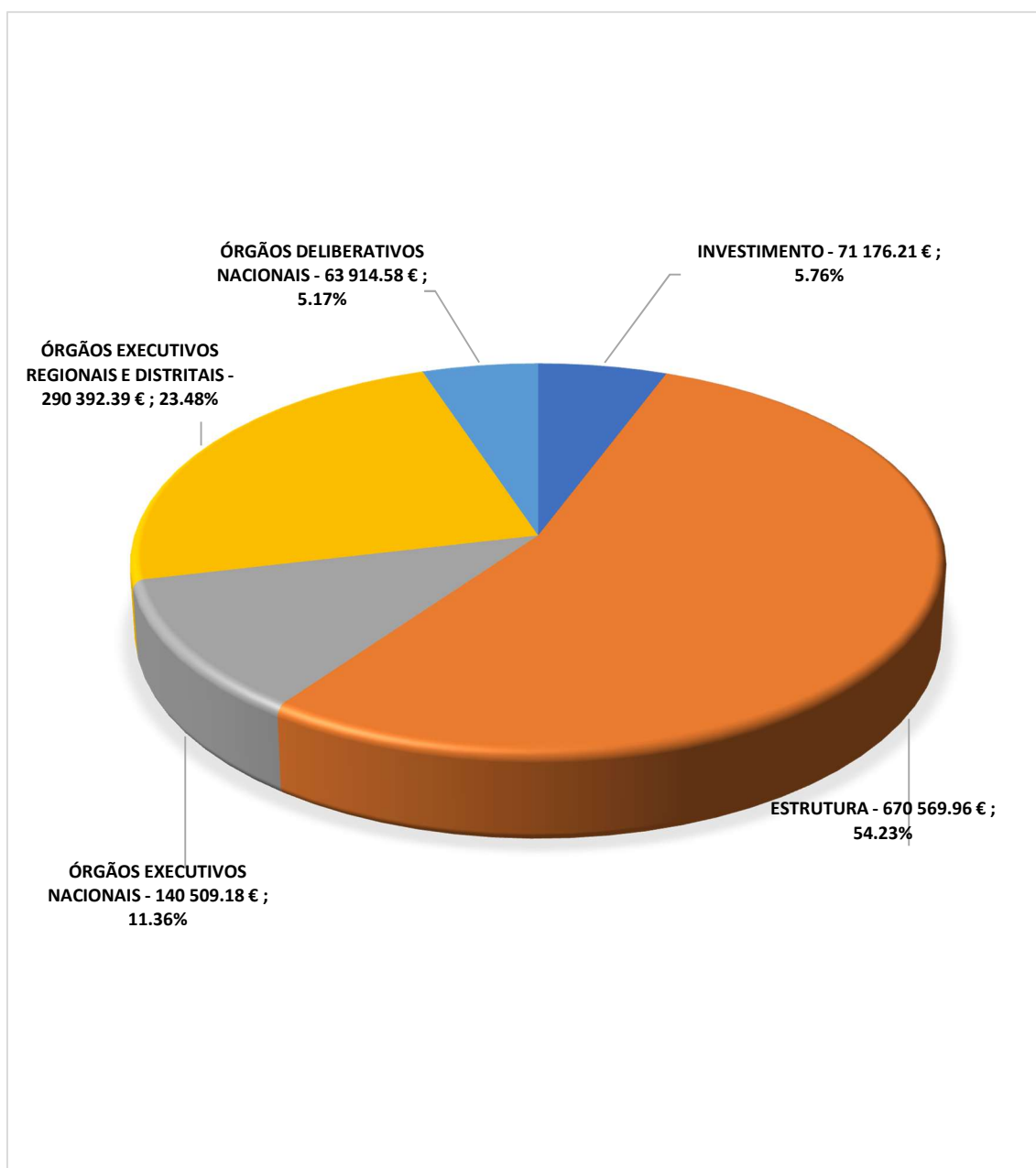
DIRECÇÕES DISTRIAIS - RENDAS

Aveiro	2.888,84 €	2.823,60 €	98%
Braga	1.841,94 €	1.800,00 €	98%
Coimbra	3.068,89 €	3.740,00 €	122%
DR Madeira	3.437,08 €	3.360,00 €	98%
Évora	2.086,72 €	688,00 €	33%
Guarda	3.682,87 €	3.600,00 €	98%
Leiria	2.454,91 €	202,24 €	8%
Setúbal	5.462,10 €	6.000,00 €	110%
Viana Castelo	1.534,45 €	1.500,00 €	98%
Viseu	3.068,89 €	3.035,70 €	99%
TOTAL	29.526,69 €	26.749,54 €	91%
TOTAL	403.501,69 €	290.392,39 €	71%

ESTRUTURA DA DESPESA POR GRANDES GRUPOS

GRUPO DE DESPESA	VALOR ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
INVESTIMENTO	169.102,07 €	71.176,21 €	42%
ESTRUTURA	664.336,73 €	670.569,96 €	100%
ÓRGÃOS EXECUTIVOS NACIONAIS	145.478,71 €	140.509,18 €	97%
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS NACIONAIS	60.000,00 €	63.914,58 €	107 %
ESTRUTURA DISTRITAL E REGIONAL	403.501,69 €	290.392,39 €	71%
TOTAL	1.442.419,20 €	1.236.562,32 €	86%





Esta análise da despesa por grandes grupos permite-nos, com alguma clareza, identificar as áreas que mais pesam na estrutura total da despesa.

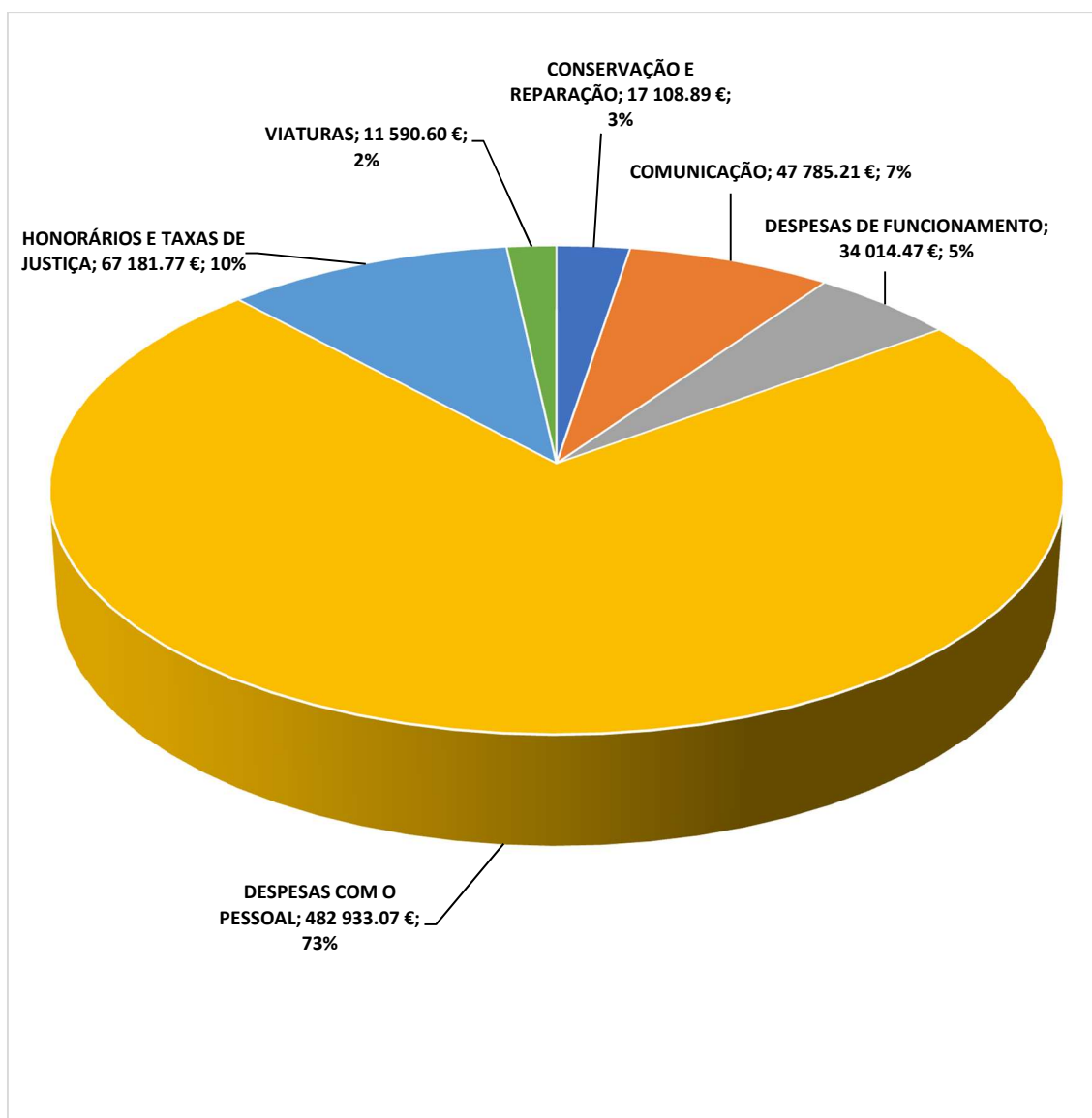
Os dois maiores grupos são:

- ✓ Estrutura;
- ✓ Órgãos Executivos Nacionais, Regionais e Distritais.

No grupo da “Estrutura” estão genericamente incluídas todas as despesas relacionadas com o funcionamento da sede e da sua estrutura central, nomeadamente:

- Despesas com o pessoal, que inclui para além dos vencimentos propriamente ditos, a Segurança Social, Seguros de Acidentes de Trabalho, Formação, etc.;
- Honorários e taxas de justiça, nos casos em que é suportado pelo STI;
- Comunicação, inclui, entre outras, despesas com telefones e internet, correios, envelopes, papel, consumíveis para impressão, etc.;
- Conservação e reparação, de instalações e equipamentos;
- Viatura afeta aos serviços;
- Despesas gerais de funcionamento que inclui, entre outras, água, luz, condomínio, higiene e limpeza, etc.

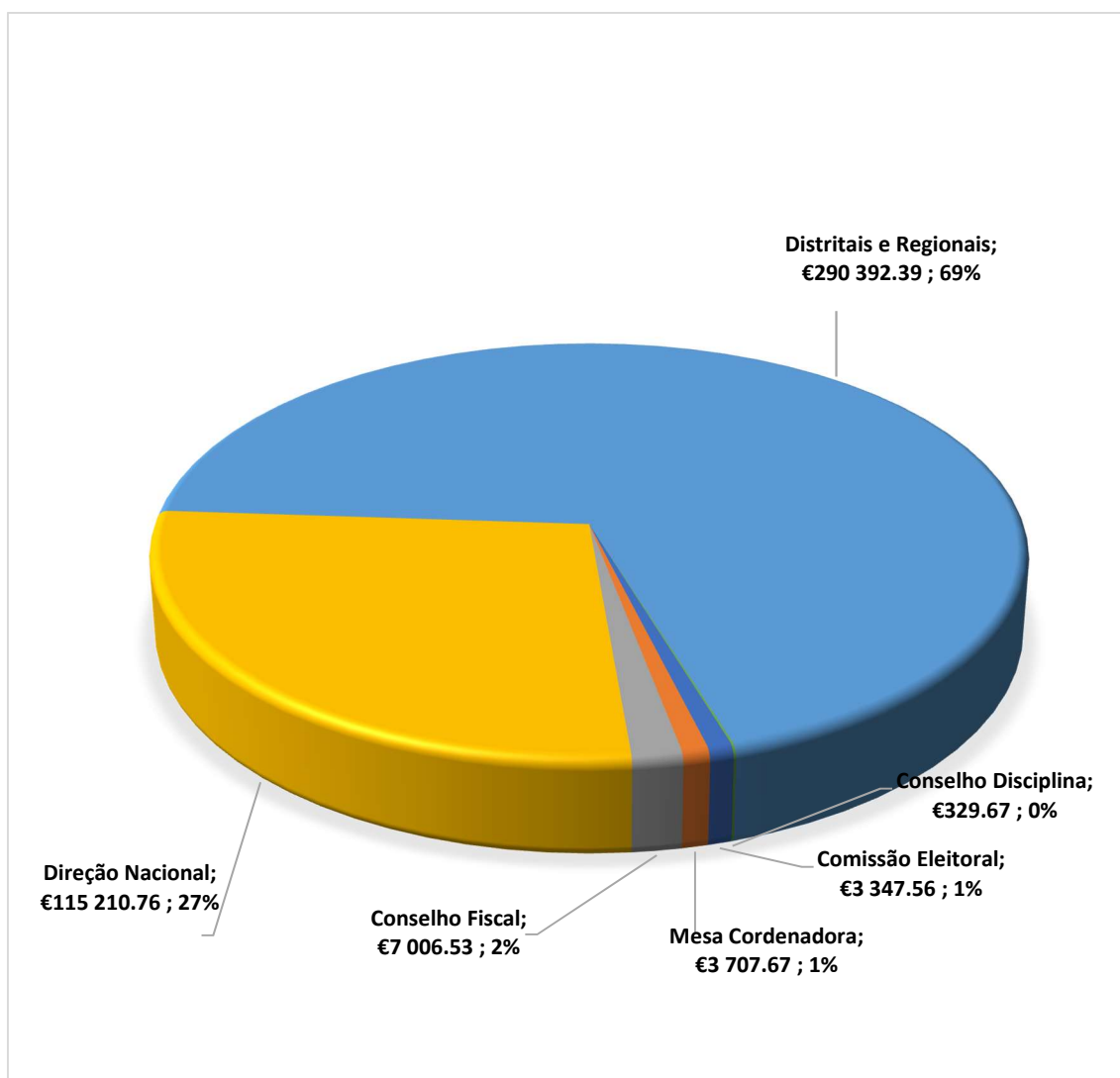
DESDOBRAMENTO DO GRUPO DESPESAS DA ESTRUTURA



No grupo “Órgãos Executivos Nacionais, Regionais e Distritais” estão incluídas as despesas relativas a:

- Direções Regionais e Distritais;
- Direção Nacional;
- Conselho Fiscal;
- Mesa Coordenadora;
- Conselho de Disciplina e
- Comissão Eleitoral.

DESDOBRAMENTO DO GRUPO ÓRGÃOS EXECUTIVOS NACIONAIS, REGIONAIS E DISTRITAIS DO STI



**COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA POR GRANDES GRUPOS
ENTRE 2018 E 2019**

GRUPO DE DESPESA	EXECUTADO 2019	EXECUTADO 2018	DIFERENÇA
INVESTIMENTO	71.176,21 €	7.312,13 €	63.864,08 €
ESTRUTURA	670.569,96 €	638.588,61 €	31.981,35 €
ÓRGÃOS EXECUTIVOS NACIONAIS	140.509,18 €	128.003,57 €	12.505,61 €
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS	63.914,58 €	65.543,98 €	-1.629,40 €
ESTRUTURA DISTRITAL E REGIONAL	290.392,39 €	326.591,35 €	-36.198,96 €
TOTAL	1.236.562,32 €	1.166.039,64 €	70.522,68 €

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 2019

ORÇAMENTO GERAL

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO DE 2019	%	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
-----------	-------------------	---	----------	------------

RECEITAS**Gerais**

Quotizações	2 380 560.00 €	100%	2 254 626.63 €	95%
Gestão Corrente	1 356 919.20 €	57%	1 283 071.90€	95%
FAS	904 612.80 €	38%	859 620.84 €	95%
Fundo De Greve	119 028.00 €	5%	112 838.54 €	95%

Próprias

Gestão Corrente	151 000.00 €		33 378.53 €	22%
Fundo de Ação Social	1 758 000.00 €		1 603 748.73 €	91%

TOTAL	4 289 560.00 €		3 892 658.54 €	91%
--------------	-----------------------	--	-----------------------	------------

DESPESAS

Gestão Corrente	1 507 919.20 €		1 380 639.37 €	92%
Fundo de Ação Social	2 601 310.00 €		2 470 891.83 €	95%
Fundo de Greve	119 028.00 €		112 838.54 €	95%

TOTAL	4 228 257.20 €		3 964 369.74 €	94%
--------------	-----------------------	--	-----------------------	------------

SALDO	61 302.80 €		-71 711.20 €	
--------------	--------------------	--	---------------------	--

7. GESTÃO CORRENTE – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

7.1. RECEITAS

RECEITAS	
Orçamentado	1.555.419,20 €
Execução	1.316.450,43 €
%	85 %

As receitas obtidas em 2019, no âmbito da Gestão Corrente, ascenderam a 1.316.450,43 Euros. Deste montante, cerca de 97,4%, ou seja, 1.283.071,90 Euros são relativos a quotizações dos Sócios.

Os restantes 2,6 %, dizem respeito a:

- ✓ Juros de Depósitos à Ordem e a Prazo

JUROS DE DEPÓSITOS A PRAZO	
Orçamentado	1.000,00 €
Execução	250,00 €
%	25 %

Atualmente, os depósitos à ordem não têm qualquer remuneração. Quanto aos depósitos a prazo, a taxa praticada encontra-se muito próxima de 0%, sendo que em 2019, nos depósitos a prazo que se venceram a taxa que se obteve foi de 0,01%.

- ✓ Outros Rendimentos Suplementares

OUTROS RENDIMENTOS SULEMENTARES	
Orçamentado	40.000,00 €
Execução	33.128,53 €
%	83 %

Na rubrica “**OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES**” estão incluídas receitas de natureza muito diversa e que se caracterizam pela sua imprevisibilidade, pelo que a execução orçamental tem oscilado muito ao longo dos anos, como se verifica pelo quadro seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Orçamento	30.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	40.000,00 €	40.000,00 €
Execução	19.543,84 €	36.364,82 €	31.493,60 €	69.558,15 €	53.357,02 €	33.128,53 €
%	65 %	72,72 %	62,98 %	139 %	133 %	83 %

OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	
Outras Receitas DD/DR	20.519,89 €
Comparticipação Flash Viagens	7.953,71 €
Comparticipação Atlas Seguros	342,93 €
Comparticipação Galp Frota	4.312,00 €
TOTAL	33.128,53 €

OUTRAS RECEITAS DD/DR

Estes valores reportam-se a receitas próprias relacionadas com as iniciativas desenvolvidas pelas Direções Distritais e Regionais:

OUTRAS RECEITAS DD/DR	
DD BEJA	304,00 €
DD BRAGA	2.264,99 €
DD CASTELO BRANCO	518,00 €
DD COIMBRA	2.286,74 €
DD FARO	410,50 €
DD LEIRIA	3.492,52 €
DD LISBOA	4.776,82 €
DD SANTARÉM	270,00 €
DD SETÚBAL	4.353,00 €
DD VIANA DO CASTELO	8,32 €
DR MADEIRA	1.835,00 €
TOTAL	20.519,89 €

CARTÃO GALP FROTA

O valor de 4.312 Euros corresponde ao *rappel* atribuído pela utilização que os sócios fazem do cartão Galp Frota.

COMPARTICIPAÇÃO ATLAS

Comparticipação atribuída pela Corretora Atlas, relativamente aos seguros do STI, automóvel, edifícios, acidentes de trabalho, etc.

COMPARTICIPAÇÃO FLASH VIAGENS

Esta receita diz respeito ao retorno obtido com as viagens de grupo organizadas pela agência de viagens e destinadas aos sócios do STI.

7.2. DESPESAS**IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS**

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
	2015	2016	2017	2018	2019
Orçamento	78.000,00 €	3.000,00 €	10.335,00 €	8.972,10 €	169.102,07 €
Execução	148.505,28 € (1)	3.907,44 €	19.645,64 €	7.312,13 €	71.176,21 €
%	191 %	130 %	190 %	81 %	42 %

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS 2019			
	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
MOBILIÁRIO	2.000,00 €	0,00 €	0%
EQUIPAMENTOS	3.000,00€	2.028,79 €	68%
IMOBILIZADO DIREÇÕES DISTRITAIS	6.602,07 €	3.632,06 €	55%
AQUISIÇÃO SEDE DD LEIRIA	57.500,00 €	65.515,36 €	114%
AQUISIÇÃO SEDE DD SETÚBAL	100.000,00 €	0,00 €	

Relativamente a 2019, importa esclarecer que nesta rubrica se encontram registadas despesas relacionadas com a aquisição de bens que incluem, para além de um PC portátil para a DN, diversos equipamentos adquiridos para algumas Direções Distritais (Portáteis, vídeo projetor, AC e telemóvel).

Ainda em 2019, foi adquirida a sede da Direção Distrital de Leiria, pelo valor de € 57.500,00, a que acresceram os encargos com a aquisição no valor de € 8.015,36, motivo pelo qual a execução orçamental apresenta um desvio de 14%.

Relativamente à sede da Direção Distrital de Setúbal, cuja verba para aquisição havia sido orçamentada, não houve execução orçamental, em virtude de não se ter chegado a acordo quanto ao valor de aquisição.

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO EQUIPAMENTOS 2019			
	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
INSTALAÇÕES	3.000,00 €	2.318,32 €	77 %
EQUIPAMENTOS	8.000,00€	14.790,57 €	185 %
SOMA	11.000,00 €	17.108,89 €	

Esta é uma rubrica de difícil orçamentação e que implica grande imprevisibilidade, pois, naturalmente, não é possível prever e orçamentar com antecedência eventuais avarias e necessidades de reparação.

Para além da reparação estão aqui também incluídos todos os contratos de assistência técnica que o STI tem celebrado, quer para equipamentos, quer para as instalações.

Existem, entre outros, os seguintes contratos de assistência técnica:

- ✓ Rede informática;
- ✓ Ar condicionado;
- ✓ Duplicador e fotocopiador;
- ✓ Aplicações informáticas próprias.

Em relação à rubrica REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, durante o ano de 2019, foram registados gastos com os seguintes equipamentos:

REDE INFORMÁTICA (CIBEN)
 PROGRAMA DE CONTABILIDADE
 APLICAÇÕES DE GESTÃO INTERNA
 DUPLICADOR - RISO
 ASSINATURA BASE DE DADOS JURIDICA
 LICENÇAS MICROSOFT
 FOTOCOPIADOR (SALA SJ)
 FOTOCOPIADOR (SALA CORREIO ELETRÓNICO)
 MANUTENÇÃO EXTINTORES
 LICENÇAS ANTIVIRUS
 INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE BACKUP E DE ARMAZENAMENTO NA NUVEM
 AQUISIÇÃO DE PROGRAMA - VIDEO MOTION GRAPHICS INFORMATIVO)

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO			
	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
PAPEL	1.500,00 €	1.377,60 €	92 %
CORREIO (SELOS E AVENÇAS)	25.000,00 €	12.656,82 €	51 %
ENVELOPES E IMPRESSOS	3.000,00 €	4.257,47 €	142 %
MATERIAL DE IMPRESSÃO	7.000,00 €	4.182,36 €	60 %
TELEFONE, TELEMÓVEL E INTERNET	35.000,00 €	21.981,39 €	63 %
SITE “STIMPOSTOS”	1.000,00 €	3.329,57 €	333 %
SOMA	72.500,00 €	47.785,21 €	66 %

Esta rubrica inclui todos os elementos necessários à comunicação por via postal, as despesas com telefones e internet suportadas pelo orçamento da gestão corrente, bem como as despesas decorrentes da manutenção e atualização do site “stimpostos”.

Destaca-se pela positiva a execução da verba relativa a “Telefone, Telemóvel e Internet” que, mercê da negociação do contrato de telecomunicações em 2018, pelo segundo ano consecutivo apresenta uma redução significativa.

TELEFONE, TELEMÓVEL E INTERNET				
	2015	2016	2017	2018
Orçamento	20.000,00 €	20.000,00 €	26.000,00 €	35.000,00 €
Execução	25.025,39 €	25.547,91 €	32.853,74 €	27.964,07 €
%	125 %	128 %	126 %	80 %

Destaca-se pela negativa a verba “Envelopes e Impressos”, onde se encontra incluído, para além do habitual gasto em envelopes, impressos e papel de ofício, o gasto relativo ao contrato de gestão de impressão da fotocopiadora adstrita aos Serviços Jurídicos.

No que respeita ao site “stimpostos”, o desvio orçamental está relacionado, para além da normal despesa inerente ao contrato de manutenção, com a atualização do site para o voto eletrónico.

DESLOCAÇÕES E ESTADAS / FUNCIONAMENTO DOS PELOUROS

DESLOCAÇÕES E ESTADAS / FUNCIONAMENTO DOS PELOUROS			
	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
REUNIÕES DA DIREÇÃO NACIONAL	20.000,00 €	16.187,56 €	81 %
OUTRAS REUNIÕES	8.000,00 €	20.743,29 €	259 %
OUTROS PELOUROS	2.000,00 €	893,65 €	45 %
DIRETORES EM PERMANÊNCIA	32.000,00 €	35.875,93 €	112 %
DIRETORES A TEMPO PARCIAL	17.000,00 €	16.782,16 €	99 %
VISITAS A SERVIÇOS / ENTIDADES DIVERSAS	5.000,00 €	2.485,22 €	50 %
SOMA	84.000,00 €	92.967,81€	110 %

Estas rubricas englobam as despesas ligadas ao funcionamento da DN, tais como reuniões ou as deslocações e estadias dos diretores. A maior parte destas rubricas ficou aquém do orçamentado, exceto no que toca às seguintes despesas:

✓ **OUTRAS REUNIÕES**

Nesta rubrica são contabilizadas, reuniões não previstas estatutariamente, fundamentalmente, as reuniões com os Presidentes dos Órgãos Nacionais, Distritais e Regionais do STI. Em 2019, face ao processo de revisão das carreiras, foram realizadas três das referidas reuniões.

✓ **DIRETORES EM PERMANÊNCIA**

Esta rubrica engloba as despesas imputáveis aos três diretores em permanência.

FORMAÇÃO / SEMINÁRIOS / CONFERÊNCIAS

A Direção Nacional tem vindo a dar seguimento à política de formação desenvolvida nos últimos anos, realizando ações de formação, sindical, técnica e complementar e ao abrigo do regime de autoformação, presencial e à distância, sob a forma de cursos, seminários, colóquios e conferências, bem como através do estabelecimento de parcerias com entidades formadoras certificadas e institutos de ensino superior, recorrendo também à colaboração das Direções Regionais e Distritais.

ATIVIDADE FORMATIVA DE 2019

				
COLÓQUIO SÁUDE NO TRABALHO- GESTÃO DO STRESS E MOTIVAÇÃO	DATA	LOCAL	DESTINATÁRIOS	PARTICIPANTES
	24-05-2019	LEIRIA Auditório do Instituto Politécnico de Leiria	Sócios do STI e Trabalhadores da AT com interesse na temática	129
ORADORES	Sousa Uva * Samuel Antunes* Carlos Pereira * Mário Madrigal * José Magalhães * Elisabete Santos * Guilherme Figo* José Leite			
MODERADOR	Ana Gamboa e Leonel Frazão			
CUSTO IMPUTADO	9.989,48 Euros			



AVALIAÇÃO PERMANENTE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	DATA	DESTINATÁRIOS	LOCAL	PARTICIPANTES
	26-01-2019 Módulo I	Sócios do STI em preparação para provas de avaliação permanente ou de estágio e todos os que pretendam reciclar conhecimentos	Aveiro	40
	02-02-2019 Módulo II		Braga	34
	09-02-2019 Módulo III		Castelo Branco	42
	16-02-2019 Módulo IV		Leiria	91
	23-02-2019 Módulo V		Lisboa	639
	02-03-2019 Módulo VI		Madeira	34
	09-03-2019 Módulo VII		Viseu	53
	16-03-2019 Módulo VIII			
	23-02-2019 Módulo IX			
FORMADORES	Módulo I – LGT / CPPT - Jesuíno Alcântara Martins Módulo II – IVA / RITI - António Nunes dos Reis Módulo III – RCPITA - Costa Alves Módulo IV – IRC / EBF - Ana Faca Módulo V – RGIT - Nuno Victorino Módulo VI – IMI / IMT / IS - Helena Magno Módulo VII – IRS / EBF - Marília Fernandes Módulo VIII – CAU - Nuno Vitorino Módulo IX – Classificação Pautal - Nuno Vitorino			
CUSTO IMPUTADO	13.000,00 Euros			



FORMAÇÃO SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

FORMAÇÃO SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	DATA	DESTINATÁRIOS	LOCAL	PARTICIPANTES
	19-09-2019 e 20-09-2019	Formadores Sindicais	Lisboa - Auditório do STI	14
FORMADOR	Daniel Ramos			
CUSTO IMPUTADO	1.500,00 Euros			

 II JORNADA SINDICAL DOS DELEGADOS DO STI 4 e 5 DE OUTUBRO DE 2019 * COVILHÃ				
II JORNADA SINDICAL DOS DELEGADOS DO STI	DATA	DESTINATÁRIOS	LOCAL	PARTICIPANTES
	4-10-2019 05-10-2019	Delegados Sindicais	Covilhã	57
ORGANIZAÇÃO	STI/IMMERSIS			
ORADORES	Ana Gamboa António Frazão Aníbal Mateus Carlos Moreira (Immersis) Carlos Pereira (ACT) Inês Santos (UBI) José Magalhães (INE)			
COLABORAÇÃO	Aníbal Mateus * António Marques * Artur Pires * Daniel Ramos * Diamantino Pereira * Hélder Ferreira * Joaquim Mendes * Jorge Cavaleiro * José Guerreiro Leonel Frazão * Paulo Fragoso * Paulo Marques * Rui Barbosa * Ricardo Marques			
CUSTO IMPUTADO	16.000,00 Euros			

REUNIÕES DE ÓRGÃOS DELIBERATIVOS / CONSELHO GERAL

<i>CONSELHO GERAL 2019</i>	
<i>Orçamento</i>	<i>€ 60.000,00</i>
<i>Execução</i>	<i>€ 63.914,58</i>
<i>%</i>	<i>107 %</i>

No âmbito da atividade associativa regular, realizaram-se dois Conselhos Gerais ordinários.

Os Conselhos Gerais realizaram-se, um a 12 de abril e o segundo a 13 e 14 de dezembro, tendo sido, no primeiro, aprovado o Relatório e Contas de 2018 e no segundo, o Orçamento para 2020.

No ano de 2019, realizou-se, ainda, um Conselho Geral Extraordinário, que decorreu em Lisboa, na sede do STI, no dia 1 de julho, com o propósito de analisar, discutir e votar o projeto de carreiras.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Esta rubrica agrega despesas de funcionamento de natureza variada. Alguns dos seus componentes ultrapassaram a verba orçamentada, nomeadamente o Material de Escritório.

<i>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO / MATERIAL DE ESCRITÓRIO</i>	
<i>Orçamento</i>	<i>5.000,00 €</i>
<i>Execução</i>	<i>6.076,99 €</i>
<i>%</i>	<i>122 %</i>

A rubrica Material de Escritório, à semelhança da rubrica Material de Impressão, tem sido muito influenciada pelo incremento das atividades desenvolvidas no âmbito da formação e dos seminários e conferências, tendo ainda, no ano de 2019, sido influenciada pelas atividades e reuniões relacionadas com o processo de revisão de carreiras.

DESPESAS COM PESSOAL

Apesar da rubrica “DESPESAS COM O PESSOAL” estar dentro dos valores orçamentados, dada a sua dimensão entendemos incluí-la nos comentários.

No ano de 2019, foi decidido efetuar um aumento de 1%, com o mínimo de 10 Euros e máximo de 15 Euros.

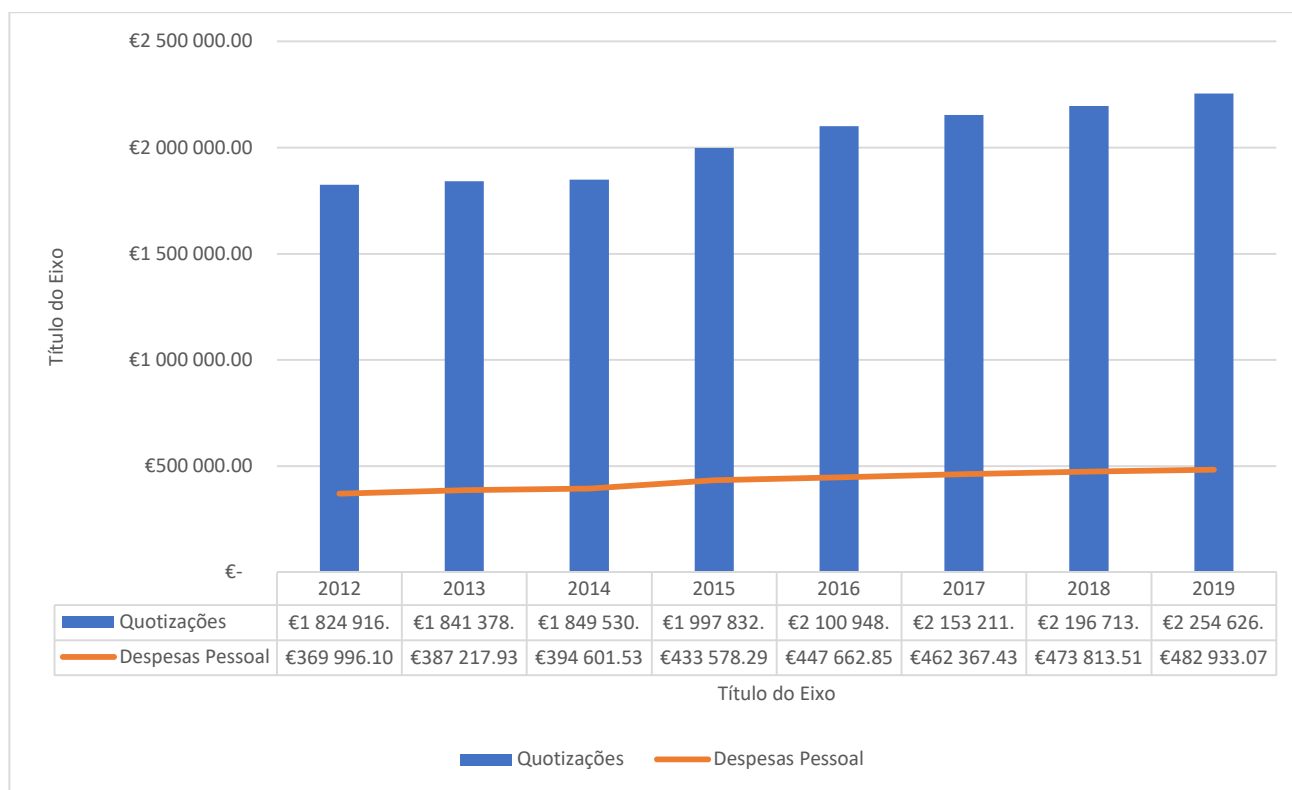
Nos valores indicados no gráfico como DESPESAS COM O PESSOAL, estão incluídas para além das remunerações certas e permanentes, as horas extraordinárias que houve necessidade de fazer em cada um dos anos, e que naturalmente também estão incluídas na rubrica “Ordenados”, bem como:

✓	Ordenados
✓	Abono p/Falhas
✓	Encargos sobre Ordenados
✓	Seguro de Acidentes de Trabalho
✓	Subsídios de Alimentação
✓	Formação Profissional
✓	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
✓	Despesas de Deslocação

O desvio orçamental verificado na verba destinada a ordenados, prende-se, fundamentalmente, com os valores pagos à Assessora de Imprensa, a título de compensação legal por rescisão do contrato individual de trabalho que ocorreu no final do ano de 2019.

Apesar do ligeiro desvio orçamental da verba ordenados, ainda assim, verifica-se que o peso das DESPESAS COM O PESSOAL no total das QUOTIZAÇÕES, no ano de 2019, se manteve dentro dos parâmetros dos anos anteriores, ou seja, 21.42 %.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS BANCÁRIOS

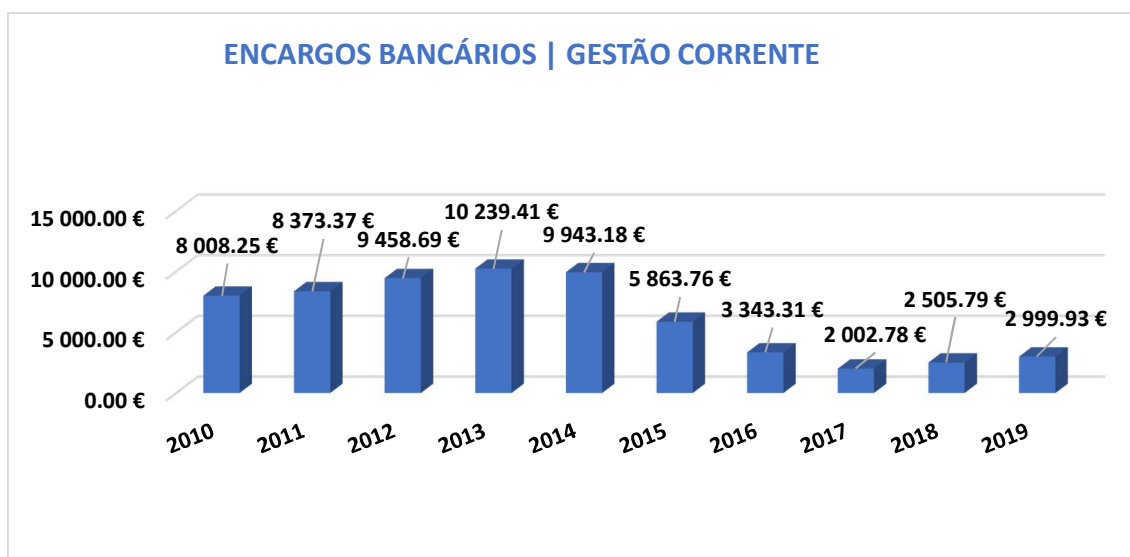
OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS / ENCARGOS BANCÁRIOS						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Orçamento	8.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €	4.000,00 €	2.000,00 €	2.500,00 €
Execução	9.943,18 €	5.863,76 €	3.343,31 €	2.002,78 €	2.505,79 €	2.999,93 €
%	124%	98%	56%	50%	125%	120%

Como já anteriormente informado, em agosto de 2014, foi alterada a forma da cobrança das quotas dos sócios aposentados, do sistema de débitos diretos para a Caixa Geral de Aposentações.

Esta alteração reduziu substancialmente os valores dos encargos bancários, como se pode verificar.

Atualmente, a Caixa Geral de Depósitos efetua também a cobrança de encargos bancários em todas as transferências bancárias e não só nos débitos diretos como antigamente, ora o STI faz milhares de transferências anualmente, motivo pelo qual os encargos bancários estejam de novo a subir.

Face ao constante aumento desta rubrica, de futuro terá de se equacionar outras opções, nem que tal implique deixar de trabalhar com a CGD.



APOIO TÉCNICO E JURÍDICO

PROCESSOS ABERTOS NOS SERVIÇOS JURIDICOS EM 2019					
ADMINISTRATIVOS	CONTENCIOSOS	PARECERES EMITIDOS	PROCESSOS DISCIPLINARES	PROCESSOS DO FAS	AÇÕES DE MASSA PENDENTES
794	16	968	30	13	22

Os Serviços Jurídicos continuam, no âmbito das suas competências, a emitir pareceres aos associados, a prestar aconselhamento jurídico presencial e também por via telefónica, a acompanhar e a representar os associados no âmbito de processos disciplinares e de ações judiciais, com vista à defesa dos seus direitos, bem como a prestar apoio jurídico à Direção Nacional e aos demais órgãos do STI.

Continuaram a ser acompanhadas as ações judiciais, intentadas em anos transatos.

Em face das estatísticas acima espelhadas, é visível a importância dos Serviços Jurídicos no apoio aos sócios.

CONTENCIOSO / PREPAROS E CUSTAS

	2017	2018	2019
<i>Orçamento</i>	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €
<i>Execução</i>	7.523,34 €	7.484,78 €	6.448,50 €
%	150 %	150 %	129 %

Nesta rubrica são contabilizados os custos judiciais inerentes às ações de massa interpostas em Tribunal e custeadas pelo Sindicato, bem como as custas de ações interpostas antes da alteração da Lei das custas judiciais. Conforme se pode constatar pela evolução dos últimos anos, esta é uma rubrica que se reveste de alguma imprevisibilidade.

CONTENCIOSO / HONORÁRIOS

	2017	2018	2019
Orçamento	30.000,00 €	31.000,00 €	31.000,00 €
Execução	30.122,00 €	40.425,60 €	60.733,27 €
%	100 %	130 %	196 %

A rubrica honorários inclui as despesas suportadas com o recurso a advogados externos ao quadro de pessoal do STI. Atualmente, em virtude do continuado aumento do contencioso administrativo, disciplinar e judicial, existe uma jurista que, com caráter de part-time, presta serviços ao STI, e cujos honorários são enquadrados nesta rubrica orçamental.

São igualmente enquadráveis nesta rubrica, os encargos resultantes de recurso a advogados externos para elaboração de peças jurídicas, nomeadamente, ações para reconhecimento de direitos, providências cautelares ou outras, indispensáveis na prossecução dos melhores interesses dos sócios, bem como, pareceres jurídicos, quer sejam sobre questões laborais, sindicais ou administrativas.

Durante o ano de 2019, as despesas suportadas com honorários, desagregam-se da seguinte forma:

- ✓ Honorários relativos à jurista contratada em part-time - 19.080,00 Euros;
- ✓ Honorários relativos a pareceres jurídicos relacionados com a revisão de carreiras - 7.103,80 Euros;
- ✓ Honorários relativos à contratação de um advogado externo para representar um sócio da Região Autónoma da Madeira no âmbito da fase judicial de um processo disciplinar - 500,00 Euros;
- ✓ Honorários relativos a advogados externos contratados no âmbito das seguintes ações judiciais em que é parte interveniente o anterior Presidente do STI, a saber:
 - Processo de Violação de Correspondência Eletrónica – Processo n.º 348/12.1 JDLSB – 7.685,58 Euros;
 - Processo por Difamação – Processo n.º 1735/16.1 T9LSB.L1 – 24.773,89 Euros.

TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ESTRUTURAS – DD/DR

Esta rubrica agrega os gastos suportados com as DD/DR, incluindo as rendas das mesmas cujo pagamento é feito diretamente pelo orçamento da gestão corrente.

O quadro seguinte evidencia apenas a gestão do orçamento de cada DD, incluindo o RECREA:

DD/DR	Verba Orçamentada	Execução	%
DR Açores	8.500,00 €	9.744,03 €	115%
DR Madeira	8.900,00 €	10.325,05 €	116%
Aveiro	20.600,00 €	13.375,80 €	65%
Beja	5.300,00 €	4.261,90 €	80%
Braga	19.700,00 €	10.796,54 €	55%
Bragança	2.425,00 €	1.042,51 €	43%
Castelo Branco	7.400,00 €	4.781,71 €	65%
Coimbra	9.900,00 €	12.488,21 €	126%
Évora	6.500,00 €	0,00 €	0%
Faro	14.600,00 €	10.052,24 €	69%
Guarda	4.200,00 €	4.008,40 €	95%
Leiria	14.700,00 €	16.262,60 €	111%
Lisboa	82.800,00 €	86.821,51 €	105%
Portalegre	5.100,00 €	4.091,04 €	80%
Porto	48.000,00 €	36.906,85 €	77%
Santarém	12.500,00 €	8.083,96 €	65%
Setúbal	21.600,00 €	16.098,42 €	75%
Viana do Castelo	8.300,00 €	5.417,64 €	65%
Vila Real	6.000,00 €	3.545,40 €	59%
Viseu	12.300,00 €	5.539,04 €	45%

Neste ponto, é necessário prestar os seguintes esclarecimentos:

Como é do conhecimento geral, a verba constante da coluna “EXECUÇÃO” diz respeito à despesa total das Direções Distritais / Regionais. Esta, no caso de ter havido receitas extraordinárias, não corresponde necessariamente às transferências de dotações.

Na maioria das Distritais/Regionais, com exceção das duas situações adiante esclarecidas, convém clarificar que as transferências de dotações não excederam o valor orçamentado, abatido do saldo transitado do ano anterior, como determina o Regulamento Orçamental e de Contas. O que origina que a despesa seja superior às dotações orçamentadas são as receitas extraordinárias que as DD arrecadam, por contrapartida de iniciativas que realizam. Tendo, portanto, as despesas a mais efetuadas por cada DD, sido cobertas pelas receitas próprias que arrecadaram.

Quanto às verbas executadas pela DR dos Açores, embora se apresentem em montante superior ao orçamentado, tal deriva de um pedido de verbas adicionais, no valor de 500,00 Euros, feito por aquela Regional à DN, com o intuito de suportar os custos com as deslocações dos Delegados Sindicais aos Conselhos Sub-Regionais extraordinários efetuados no âmbito da Revisão de Carreiras. A restante verba, no valor de 750,00 Euros, resulta de deliberação do Conselho Geral de dezembro de 2019, onde foi decidida a atribuição de uma verba extraordinária, proveniente do orçamento nacional, para fazer face às despesas tidas com as deslocações dos Delegados Sindicais aos Conselho Sub-Regionais que antecederam aquele Conselho Geral.

Em relação à Direção Distrital de Coimbra, verifica-se que a diferença existente entre as verbas orçamentadas e a execução orçamental se deve, por um lado, às receitas próprias geradas pelas atividades daquela DD, no valor de 2.286,74 Euros, e, por outro lado, a uma transferência adicional proveniente do orçamento nacional, no valor de 301,47 Euros, a título de comparticipação na aquisição de um telemóvel para aquela Direção Distrital.

ATIVIDADES PROGRAMADAS / ÂMBITO NACIONAL / ENCONTROS NACIONAIS DE SÓCIOS

ATIVIDADES PROGRAMADAS – ÂMBITO NACIONAL ENCONTROS NACIONAIS DE SÓCIOS	
	2019
Orçamento	30.000,00 €
Execução	28.728,50 €
%	96 %

À semelhança de anos anteriores, em 2019, realizaram-se mais duas edições do encontro nacional de sócios, de acordo com o previsto no orçamento.

- ✓ **V Encontro Nacional de Sócios** decorreu em Vila Real “Trás os Montes e Alto Douro”, entre 12 e 13 maio de 2019. Neste evento participaram 202 pessoas, o gasto global ascendeu à importância de 50.913,35 Euros e obtiveram-se receitas de 27.143,00 Euros.
- ✓ **VI Encontro Nacional de Sócios** decorreu em Évora, entre 11 e 13 de outubro de 2019. Neste evento participaram 113 pessoas, o gasto global ascendeu à importância de 24.418,15 Euros e obtiveram-se receitas de 19.460,00 Euros.

Foram já realizados cinco Encontros de Sócios Aposentados e seis Encontros Nacionais de Sócios. No conjunto dos onze encontros inscreveram-se cerca de 1.765 participantes, o que é bem revelador da importância que os Sócios atribuíram a estes encontros regulares.

APOIO A INICIATIVAS DISTRITAIS / REGIONAIS

De acordo com a deliberação do Conselho Geral de dezembro de 2018, foram atribuídas as seguintes verbas para iniciativas de âmbito regional:

APOIO A INICIATIVAS DISTRITAIS / REGIONAIS			
	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
DR AÇORES	1.500,00 €	1.500,00 €	100 %
DR MADEIRA	1.500,00 €	1.400,00 €	93 %
TOTAL	3.000,00 €	2.900,00 €	97 %

COMPARTICIPAÇÃO EM LIVROS TÉCNICOS E CÓDIGOS STI

CÓDIGOS STI

<i>Orçamentado</i>	€ 20.000,00 €
<i>Execução</i>	€ 45.608,18 €
<i>%</i>	228 %

O STI, em parceria com o Informador Fiscal, editou, em 2019, os primeiros [Códigos STI](#).

Os códigos STI abrangiam uma coletânea composta por quatro volumes, comentada e anotada de legislação, cujo preço de mercado rondava os 100 Euros.

- ◇ 1º volume - Justiça Tributária: LGT . CPPT . RGIT . RCPITA . RAT . LPFA;
- ◇ 2º volume - Rendimento: IRS . IRC . EBF . CFI
- ◇ 3º volume - Património: IMI . IMT . IS
- ◇ 4º volume - IVA . RITI . IEC . IUC . ISV

O protocolo, inicialmente celebrado com o Informador Fiscal, consistia na edição de 1000 coletâneas com um preço unitário de 40 Euros. Sendo que, cada sócio apenas teria de suportar metade desse valor, ou seja, 20 Euros, suportando o STI a diferença.

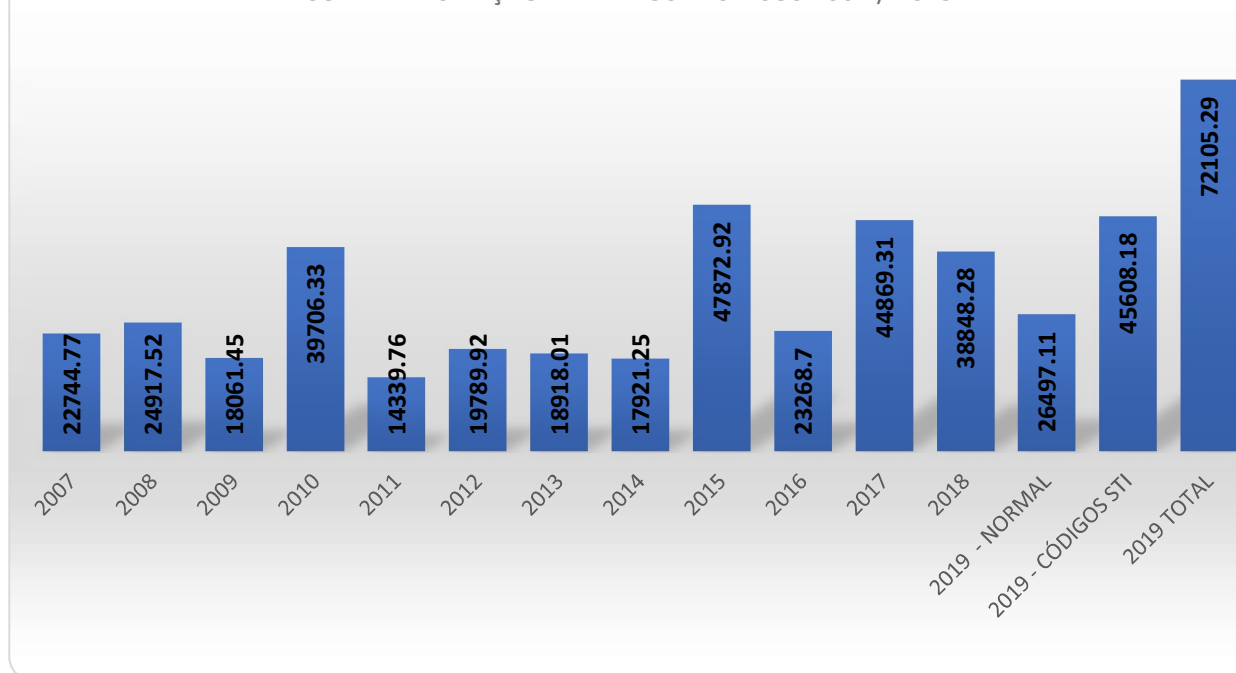
Face à elevada procura, foi renegociado o acordo inicialmente efetuado, tendo sido contemplados TODOS os Sócios do STI que efetuaram pedidos de códigos. Assim, **2000** sócios puderam adquirir a coletânea de Códigos STI.

Uma vez que os códigos STI foram entregues em mão a todos os sócios, acresceram ao custo de aquisição todas as despesas inerentes à sua distribuição, despesas essas inteiramente suportadas pelo STI.

COMPARTICIPAÇÃO EM LIVROS TÉCNICOS

<i>Orçamentado</i>	€ 20.000,00 €
<i>Execução</i>	€ 26.497,11 €
%	96 %

COMPARTICIPAÇÃO EM LIVROS TÉCNICOS 2007 / 2019



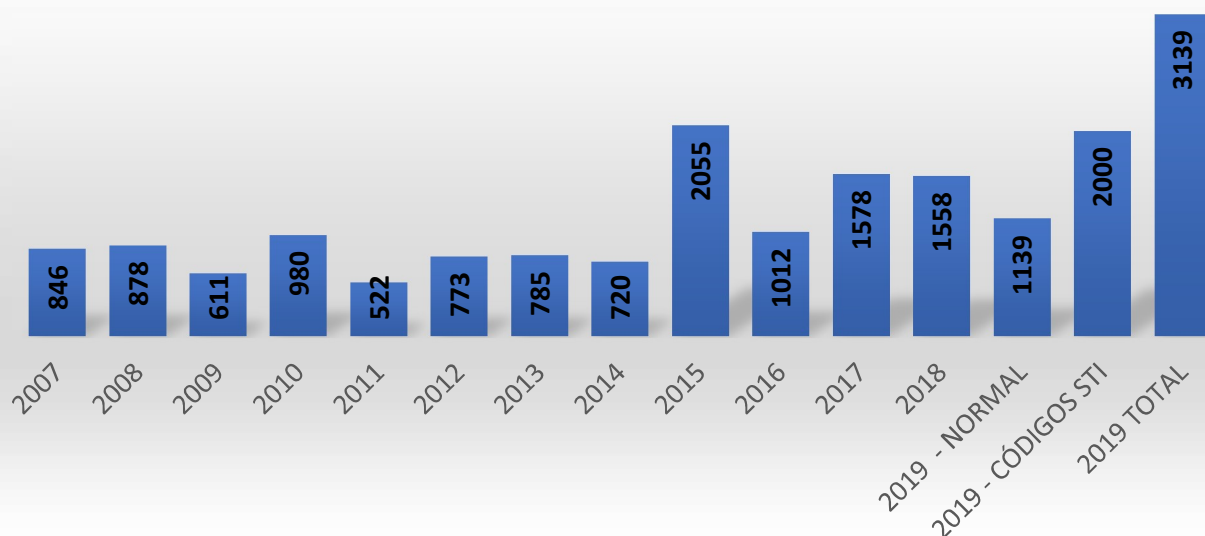
O ano de 2007, foi o primeiro ano em que a gestão das comparticipações de Livros Técnicos foi efetuada a nível central. Recorda-se que, antes, esta comparticipação era efetuada pelas Direções Distritais. Esta alteração visou fundamentalmente garantir a igualdade de todos os Sócios no acesso a este apoio.

Considerando-se as comparticipações efetuadas desde essa data, foram até hoje comparticipados **357.755,33 Euros**.

Em 2019, beneficiaram da comparticipação **1.139** Sócios.

Por decisão da Direção Nacional, foi decidido não se proceder a rateio. Assim, todos os pedidos de comparticipação, desde que considerados elegíveis, foram atendidos.

SÓCIOS QUE ANUALMENTE TÊM REQUERIDO A COMPARTICIPAÇÃO



Em termos globais, considerando as comparticipações atribuídas em livros técnicos e a edição dos códigos STI, no ano de 2019, foram contemplados 3.139 sócios, com um benefício global de 72.102,29 Euros.

DESPESAS NÃO ORÇAMENTADAS

À rubrica despesas não orçamentadas, foram imputadas as seguintes verbas:

DESPESAS NÃO ORÇAMENTADAS	
Prémio Literário	500,00 €
Revista STI	4.594,56 €
Outros	764,02 €

PRÉMIO LITERÁRIO FERNANDO ROCHA

Por deliberação do último Congresso foi criado o PRÉMIO LITERÁRIO “FERNANDO ROCHA”, destinado a homenagear o antigo colega pelo seu relevante contributo dado à causa sindical no seio das administrações tributárias, bem como, através da sua pessoa, prestar o devido reconhecimento a todos os sócios do STI que lutaram por esses fins. Para o efeito foi criado um regulamento próprio elaborado e divulgado pela Direção Nacional através da Nota Informativa 9/2019.

O prémio literário destinava-se a galardoar livros, artigos ou estudos versando sobre as seguintes temáticas:

- a. Sindicalismo.
- b. Fiscalidade.

Podiam concorrer ao referido prémio literário:

- a. Sócios do STI.
- b. Outros funcionários ou Ex funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira, ou das anteriores Direções Gerais que a esta deram origem.
- c. Qualquer pessoa com interesse nas temáticas versadas.

Os trabalhos concorrentes deveriam ser entregues fisicamente ou enviados por via postal até ao dia 15 de agosto de 2019 para a sede do STI.

Por deliberação da Direção Nacional, o prémio foi atribuído à obra “CÓDIGO DO I.R.C. – COMENTADO E ANOTADO” de Rui Marques, sócio do S.T.I. n.º 15588, trabalho publicado pelas Edições Almedina, Coimbra, 2019, pela qualidade, complexidade do tema, extensão (1053 pp.) e escassez de obras que abordam essa matéria.

REVISTA SOCIEDADE E FISCALIDADE

Em novembro de 2019, foi editado o 12º número da Revista Sociedade e Fiscalidade.

Como é do conhecimento geral, os custos inerentes à edição da revista, até final de 2017, eram integralmente suportados pela Companhia de Seguros Médis, até ao limite máximo de 12.500 Euros. A partir de 2018, passaram a ser integralmente suportados pela Mediadora Atlas, mantendo o referido limite.

Em 2019, não foi diferente, tendo ficado ao encargo da Mediadora Atlas o custo da edição da revista, com o limite máximo acima referido. Pelo facto de o custo global, incluindo, design gráfico, portes de envio e brindes remetidos com a revista, ter ascendido ao valor de 17.094,56 Euros, houve necessidade de se recorrer às despesas não orçamentadas pela diferença.

OUTROS

Nesta verba estão incluídas a comparticipação do STI à Comissão Organizadora do Futsal, no âmbito do 38º Encontro de Trabalhadores da AT, no valor de 250 Euros, coimas não fiscais, no valor de 300 Euros, e custos com a organização da greve de junho de 2019, entretanto cancelada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 2019

GESTÃO CORRENTE

DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
RECEITAS			
Receitas de Quotização	1.356.919,20 €	1.283.071,90 €	95%
Receitas Financeiras:			
Juros de depósitos à ordem e a prazo	1.000,00 €	250,00 €	25%
Outros rendimentos suplementares	40.000,00 €	33.128,53 €	83%
Res para investimento – Sede da DD de Leiria	57.500,00 €	65.515,36 €	
Res para investimento – Sede da DD de Setúbal	100.000,00 €		
TOTAL A	1.555.419,20 €	1.316.450,43 €	85%
DESPESAS			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Mobiliário	2.000,00 €		0%
Equipamentos	3.000,00 €	2.028,79 €	68%
Imobilizado Direções Distritais	2.972,10 €	3.632,06 €	55%
Aquisição da sede para a DD Leiria	57.500,00 €	65.515,36 €	
Aquisição da sede para a DD Setúbal	100.000,00 €		
SOMA (1)	169.102,07 €	71.176,21 €	42%
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO			
Instalações	3.000,00 €	2.318,32 €	77%
Equipamentos	8.000,00 €	14.790,57 €	185%
SOMA (2)	11.000,00 €	17.108,89 €	156%
COMUNICAÇÃO			
Papel	1.500,00 €	1.377,60 €	92%
Correio (Selos e Avenças)	25.000,00 €	12.656,82 €	51%
Envelopes e Impressos	3.000,00 €	4.257,47 €	142%
Material de Impressão	7.000,00 €	4.182,36 €	60%

Telefone, Telemóvel e Internet	35.000,00 €	21.981,39 €	63%
Site Stimpastos	1.000,00 €	3.329,57 €	333%
SOMA (3)	72.500,00 €	47.785,21 €	66%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS			
Reuniões da Direção Nacional	20.000,00 €	16.187,56 €	81%
Outras Reuniões	8.000,00 €	20.743,29 €	259%
FUNCIONAMENTO DOS PELOURS			
Outros Pelours	2.000,00 €	893,65 €	45%
Diretores em Permanência	32.000,00 €	35.875,93 €	112%
Diretores a Tempo Parcial	17.000,00 €	16.782,16 €	99%
Formação	30.000,00 €	30.353,78 €	101%
Visitas a serviços/entidades diversas	5.000,00 €	2.485,22 €	50%
Seminários/Conferências	10.000,00 €	9.989,48 €	100%
OUTROS ÓRGÃOS DO SINDICATO			
Mesa Coordenadora	4.000,00 €	3.707,67 €	93%
Conselho Fiscal	9.000,00 €	7.006,53 €	78%
Conselho Disciplinar	2.500,00 €	329,67 €	13%
Comissão Eleitoral	3.000,00 €	3.347,56 €	112%
Comissão Nacional	500,00 €		0%
REUNIÕES DE ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
Conselho Geral/Assembleia Geral de Sócios	60.000,00 €	63.914,58 €	107%
SOMA (4)	203.000,00 €	211.617,08 €	104%
SEGUROS			
Órgãos do STI	500,00 €	450,80 €	90%
SOMA (5)	500,00 €	450,80 €	90%
ENCARGOS COM VIATURAS			
VW:			
Combustível	4.000,00 €	5.236,97 €	131%

Conservação e Reparação	3.000,00 €	2.613,62 €	87%
Outros Encargos	4.000,00 €	3.740,01 €	94%
FORD:			
Combustível	4.000,00 €	3.622,80 €	91%
Conservação e Reparação	2.000,00 €	783,15 €	39%
Outros Encargos	3.000,00 €	2.877,30 €	96%
HONDA:			
Combustível	4.000,00 €	3.851,50 €	96%
Conservação e Reparação	4.000,00 €	767,71 €	19%
Outros Encargos	3.000,00 €	2.640,49 €	88%
SOMA (6)	31.000,00 €	26.133,55 €	84%
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			
Água e Taxa de saneamento	2.100,00 €	1.953,74 €	93%
Energia Elétrica	9.000,00 €	8.519,88 €	95%
Condomínio	1.200,00 €	1.108,80 €	92%
Material de Escritório	5.000,00 €	6.076,99 €	122%
Documentação técnica/Jornais e outras Publicações	4.000,00 €	2.764,88 €	69%
Material de Desgaste Rápido	1.000,00 €	791,01 €	79%
Limpeza das instalações	5.500,00 €	5.882,88 €	107%
Apoio a Reuniões	2.500,00 €	2.452,20 €	98%
Seguro das Instalações	1.200,00 €	999,95 €	83%
Deslocações na cidade	500,00 €	464,21 €	93%
SOMA (7)	32.000,00 €	31.014,54 €	97%
DESPESAS COM O PESSOAL			
Ordenados	350.000,00 €	351.438,97 €	100%
Abono p/Falhas	500,00 €	510,00 €	100%
Encargos sobre Ordenados	85.000,00 €	84.951,99 €	100%
Seguro de Acidentes de Trabalho	4.500,00 €	3.410,27 €	76%
Subsídios de Alimentação	35.000,00 €	37.372,50 €	107%
Formação Profissional	500,00 €	255,00 €	51%
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	1.000,00 €	1.428,60 €	143%
Despesas de Deslocação	5.000,00 €	3.565,74 €	71%
SOMA (8)	481.500,00 €	482.933,07 €	100%

OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS			
Gastos Financeiros/Encargos Bancários	2.500,00 €	2.999,93 €	120%
Rendas:			
Apartamento DN	7.987,71 €	7.700,00 €	97%
SOMA (9)	10.478,71 €	10.699,93 €	102%
Contencioso:			
Honorários	31.000,00 €	60.733,27 €	196%
Preparos, Custas e Outros	5.000,00 €	6.448,50 €	129%
SOMA (10)	36.000,00 €	67.181,77 €	187%
TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ESTRUTURAS			
DIREÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS			
DR Açores	8.500,00 €	8.844,03 €	104%
DR Madeira	8.900,00 €	8.225,05 €	92%
Aveiro	20.600,00 €	13.375,80 €	65%
Beja	5.300,00 €	2.936,90 €	55%
Braga	19.700,00 €	10.796,54 €	55%
Bragança	2.425,00 €	1.042,51 €	43%
Castelo Branco	7.400,00 €	2.931,71 €	40%
Coimbra	9.900,00 €	10.013,21 €	101%
Évora	6.500,00 €	0,00 €	0%
Faro	14.600,00 €	6.402,24 €	44%
Guarda	4.200,00 €	2.958,40 €	70%
Leiria	14.700,00 €	13.462,60 €	92%
Lisboa	82.800,00 €	74.771,51 €	90%
Portalegre	5.100,00 €	4.091,04 €	80%
Porto	48.000,00 €	36.906,85 €	77%
Santarém	12.500,00 €	8.083,96 €	65%
Setúbal	21.600,00 €	10.698,42 €	50%
Viana do Castelo	8.300,00 €	3.342,64 €	40%
Vila Real	6.000,00 €	3.545,40 €	59%
Viseu	12.300,00 €	2.539,04 €	21%
SOMA (11)	319.325,00 €	224.967,85 €	70%

DIREÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS - RECREA			
DR Açores	900,00 €	900,00 €	100%
DR Madeira	2.100,00 €	2.100,00 €	100%
Aveiro	3.000,00 €	0,00 €	0%
Beja	1.325,00 €	1.325,00 €	100%
Braga	3.700,00 €	0,00 €	0%
Bragança	0,00 €	0,00 €	0%
Castelo Branco	1.850,00 €	1.850,00 €	100%
Coimbra	2.475,00 €	2.475,00 €	100%
Faro	3.650,00 €	3.650,00 €	100%
Guarda	1.050,00 €	1.050,00 €	100%
Leiria	2.800,00 €	2.800,00 €	100%
Lisboa	12.050,00 €	12.050,00 €	100%
Porto	5.000,00 €	0,00 €	0%
Santarém	3.125,00 €	0,00 €	0%
Setúbal	5.400,00 €	5.400,00 €	100%
Viana do Castelo	2.075,00 €	2.075,00 €	100%
Vila Real	1.150,00 €	0,00 €	0%
Viseu	3.000,00 €	3.000,00 €	100%
SOMA (12)	54.650,00 €	38.675,00 €	71%
DIREÇÕES DISTRITAIS (RENDAS)			
Aveiro	2.888,84 €	2.823,60 €	98%
Braga	1.841,94 €	1.800,00 €	98%
Coimbra	3.068,89 €	3.740,00 €	122%
DR Madeira	3.437,08 €	3.360,00 €	98%
Évora	2.086,72 €	688,00 €	33%
Guarda	3.682,87 €	3.600,00 €	98%
Leiria	2.454,91 €	202,24 €	8%
Setúbal	5.462,10 €	6.000,00 €	110%
Viana Castelo	1.534,45 €	1.500,00 €	98%
Viseu	3.068,89 €	3.035,70 €	99%
SOMA (13)	29.526,69 €	26.749,54 €	91%
DESPESAS ELEITORAIS			
Eleições	14.000,00 €	10.456,19 €	75%
SOMA (14)	14.000,00 €	10.456,19 €	75%

ATIVIDADES PROGRAMADAS			
Âmbito Nacional:			
Encontro Nacional de Sócios	30.000,00 €	28.728,50 €	96%
Apoio a Iniciativas Distritais	3.000,00 €	2.900,00 €	97%
DIVERSOS			
Comparticipação em Livros Técnico-Profissionais	20.000,00 €	26.497,11 €	132%
Códigos STI	20.000,00 €	45.608,18 €	228%
- Quotas:	4.200,00 €	4.097,37 €	98%
- Apotec		228,00 €	
- Federação Campismo e Montanhismo		19,37 €	
- UFE		3.850,00 €	
SOMA (15)	77.200,00 €	107.831,16 €	140%
TOTAL B	1.541.782,47 €	1.374.780,79 €	89%
(A-B)	13.636,73 €	-58.330,36 €	
DESPESAS NÃO ORÇAMENTADAS	13.636,73 €	5.858,58 €	43%
SALDO	0,00 €	-64.188,94 €	

8. FUNDO DE AÇÃO SOCIAL – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O FAS desempenhou as seguintes funções sociais:

Seguro de saúde (Sócios)	904.308,10 €
Comparticipação na doença crónica	1.969,77 €
Perdas de Vencimento	25.706,60 €
Total	931.984,47 €

Em relação à rubrica Perdas de Vencimento, convém esclarecer que, no montante de 25.706,60 Euros se encontra incluído o valor de 10.126,79 Euros, referente a pedidos de recuperação do vencimento perdido por doença efetuados em 2018, cujo gasto foi registado em 2018, mas que apenas foram pagos no ano de 2019. Assim, as verbas pagas com referência a pedidos entrados em 2019 totaliza o valor de 15.579,81 Euros.

São Receitas do FAS:

Designação	Orçamentado	Executado	%
Quotizações	904.612,80 €	859.620,84 €	95 %
Despesas Administrativas Seguro Saúde	46.000,00 €	39.572,40 €	86 %
Juros e outros Rendimentos Similares	3.000,00 €	1.180,29 €	39 %
Comparticipação Atlas Seguro	30.000,00 €	30.000,00 €	100 %
Cartões AMSFJ (Familiars)	5.000,00 €	720,00 €	14 %
TOTAL	988.612,80 €	931.093,53 €	94 %

Na rubrica “Juros e outros rendimentos similares” estão contabilizados os seguintes valores:

Designação	Valor
Juros de Empréstimos a Sócios em processos executivos	1.180,29 €
Juros de Aplicações Financeiras (DP)	0,00 €
TOTAL	1.180,29 €

SEGURO SAÚDE AGREGADOS FAMILIARES

	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	%
RECEITAS:			
Seguro de Saúde (Agregados Familiares)	1.674.000,00 €	1.532.276,04 €	92%
DESPESAS:			
Seguro de Saúde (Agregados Familiares)	1.674.000,00 €	1.532.276,04 €	92 %

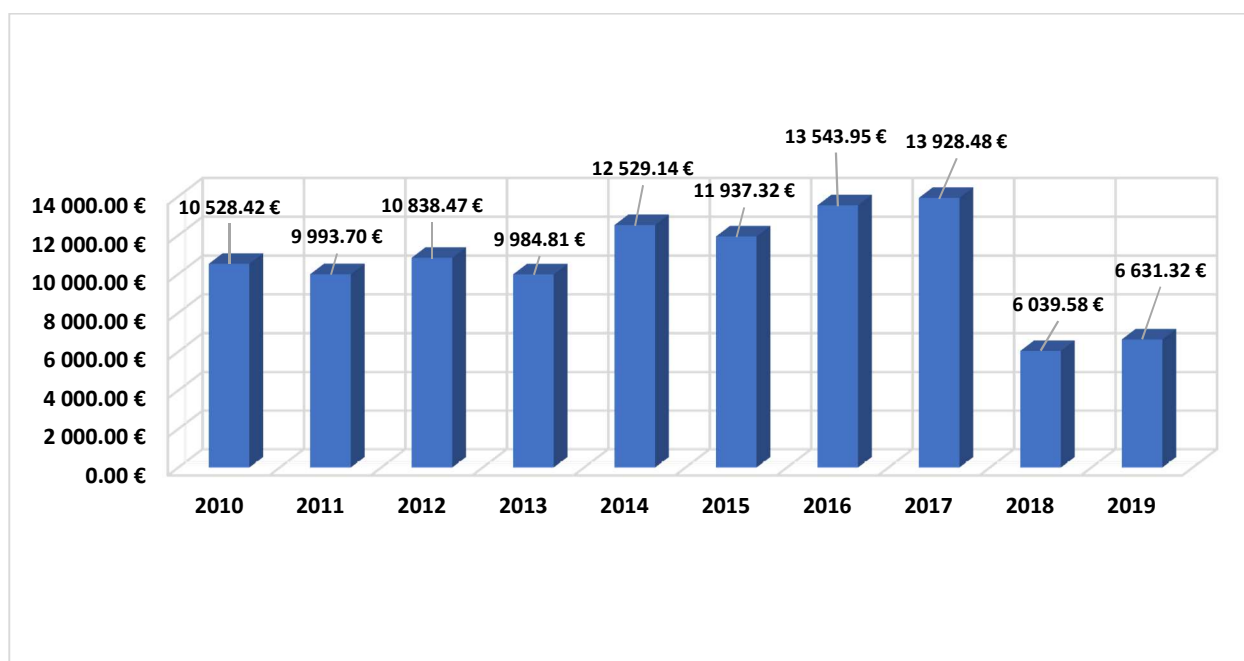
Os montantes constantes na execução orçamental, correspondem aos prémios do seguro de saúde pagos pelo STI e recebidos dos agregados familiares, com referência aos 12 meses do ano de 2019.

ENCARGOS BANCÁRIOS

No ano de 2018 iniciou-se a cobrança dos prémios do seguro de saúde, referentes aos membros do Agregado Familiar, através do sistema de débitos diretos pelo MILLENNIUM BCP, a título experimental e com base num acordo celebrado para este fim, em que esta entidade bancária se propunha reduzir substancialmente, relativamente à Caixa Geral de Depósitos, o custo das transferências bancárias.

Com esta medida, conseguiu-se reduzir substancialmente os encargos com as transferências bancárias, que em 2018 ficaram a menos de metade do custo médio dos anos anteriores. Em 2019, apesar de uma ligeira subida, mantém-se o cenário.

ENCARGOS BANCÁRIOS / FAS



EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | FAS E FSE

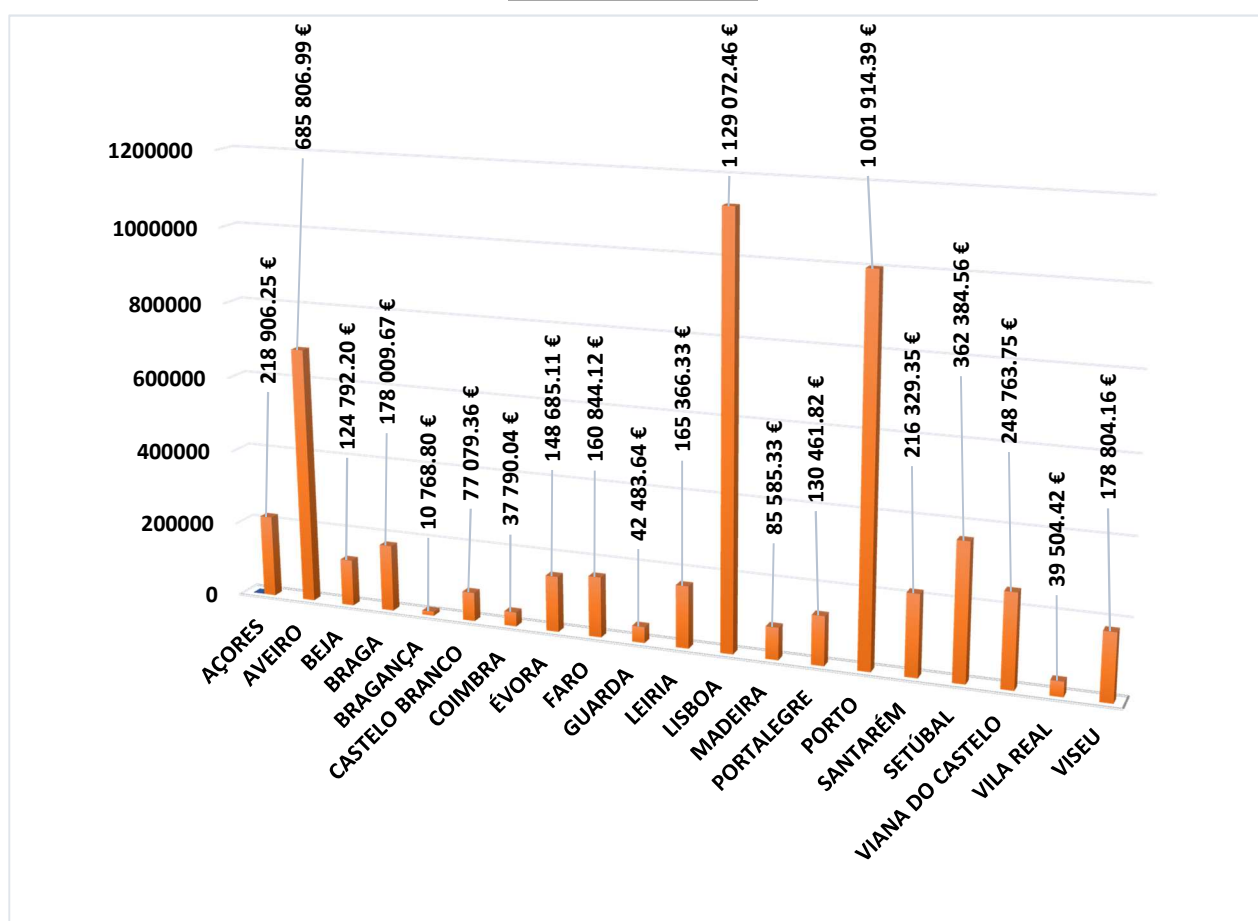
O Fundo de Ação Social, é um serviço fundamental de apoio aos sócios. **Este fundo já concedeu, desde a sua criação, mais de 2300 empréstimos, num valor que ascende a mais de 5,2 milhões de euros.**

Durante o ano de 2019, foram efetuados 138 novos pedidos de apoio financeiro, no âmbito do FAS/ FSE, num valor total de 283.241 Euros.

VALOR DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS POR DISTRITO

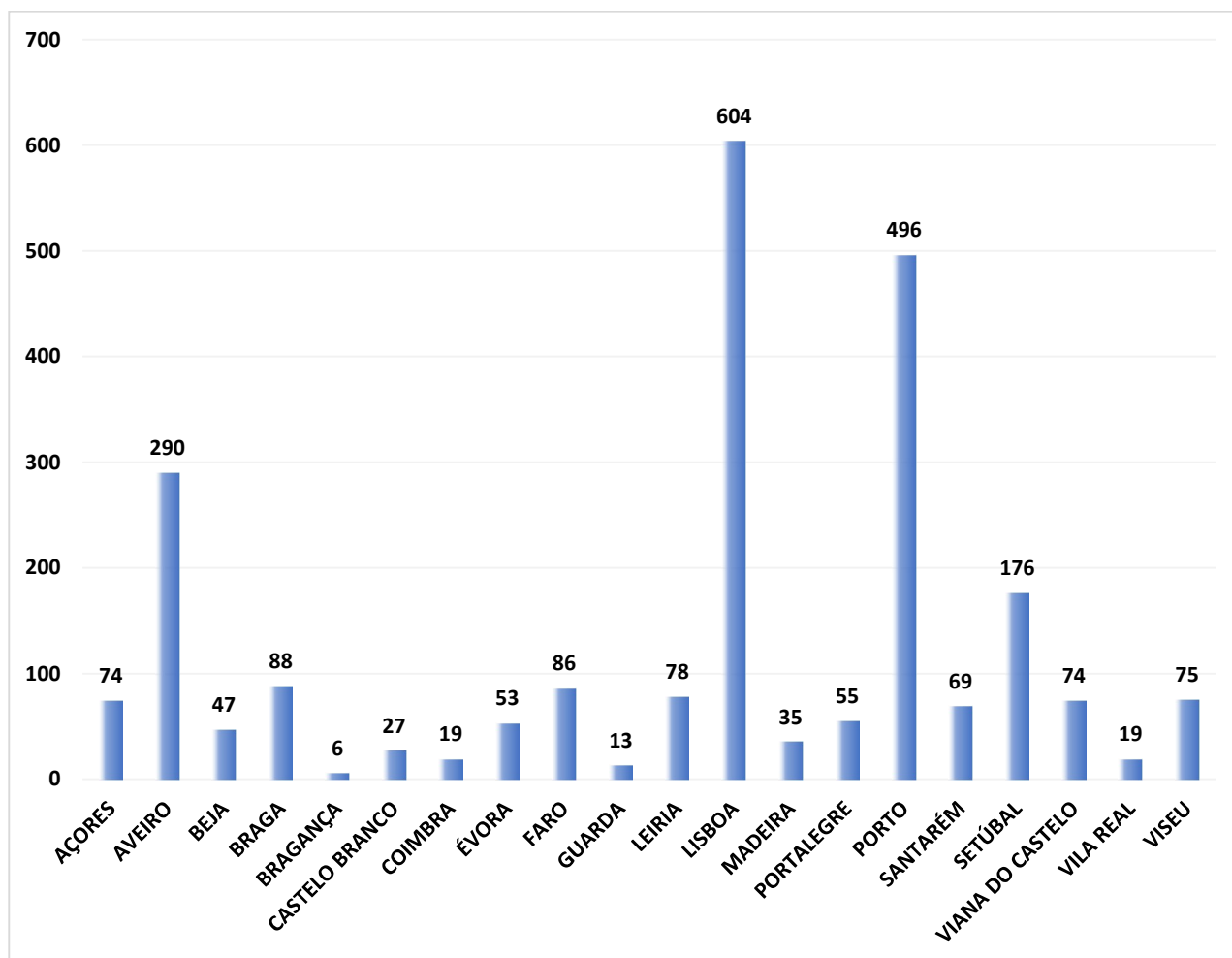
FAS / FSE

5 243 352,75 Euros



NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS POR DISTRITO

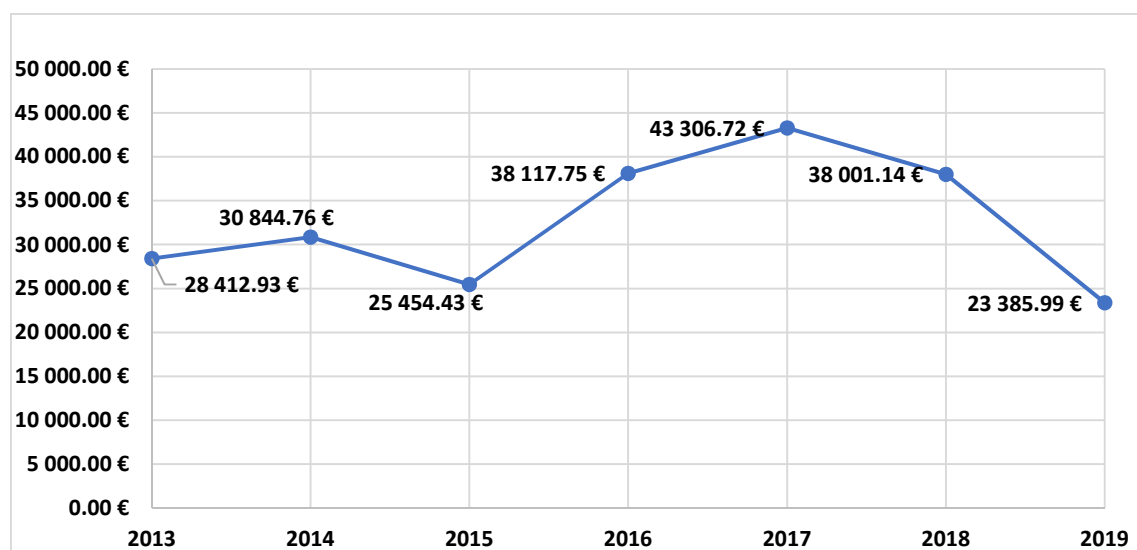
FAS/ FSE

2 384 Processos

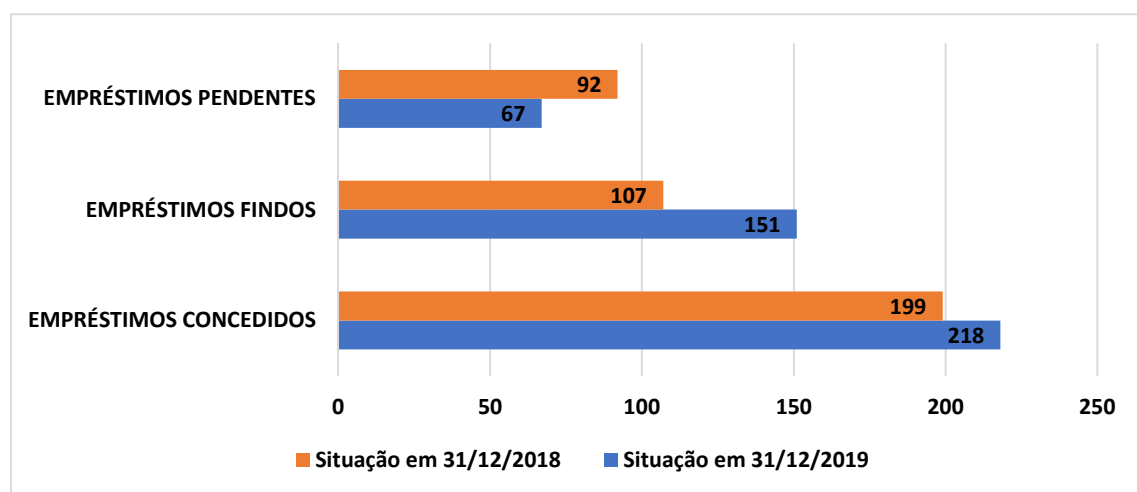
FUNDO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

Desde 2013, quando foi criado o Fundo Social de Emergência, por proposta da Direção Nacional do STI, foram concedidos **218** empréstimos, num total de **227.523,72 Euros**:

FSE – CONCEDIDOS POR ANO



FSE | COMPARAÇÃO 2018/2019



PERDAS DE VENCIMENTO

O Fundo de Ação Social tem uma componente que visa atribuir aos sócios do STI uma compensação pelas perdas de vencimento por doença, até ao limite anual, por sócio, de 50% das quotas pagas no ano anterior ao pedido, não devendo esta verba, na totalidade, exceder 105 u.c. (10.710 Euros).

Em conformidade com o estabelecido no regulamento do Fundo de Ação Social, caso os pedidos excedam anualmente aquele valor, dever proceder-se a rateio na proporção respetiva.

Esta comparticipação, nos termos regulamentares, é efetuada em dois momentos: 50% do valor é pago nos 30 dias seguintes ao pedido, sendo o remanescente pago durante o 1º trimestre do ano seguinte.

No passado, esta componente do FAS raramente atingia o limite orçamental em virtude de a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, no seu artigo 29.º, n.º 6, prever o abono do vencimento do exercício perdido por doença mediante a autorização do dirigente máximo do serviço.

Esta situação alterou-se nos últimos anos, com as medidas impostas pela “troika”, que vieram, por força da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, revogar aquela disposição legal, razão pela qual, os pedidos de comparticipação efetuados ao STI terem sofrido um acréscimo significativo, conforme se pode observar no gráfico infra comparando o valor atribuído em 2012 (antes da troika) e os anos seguintes (depois da troika).

Nos últimos anos, todos os pedidos efetuados foram pagos sem se proceder a rateio, tendo sucessivamente sido excedido o limite orçamental desta rubrica.

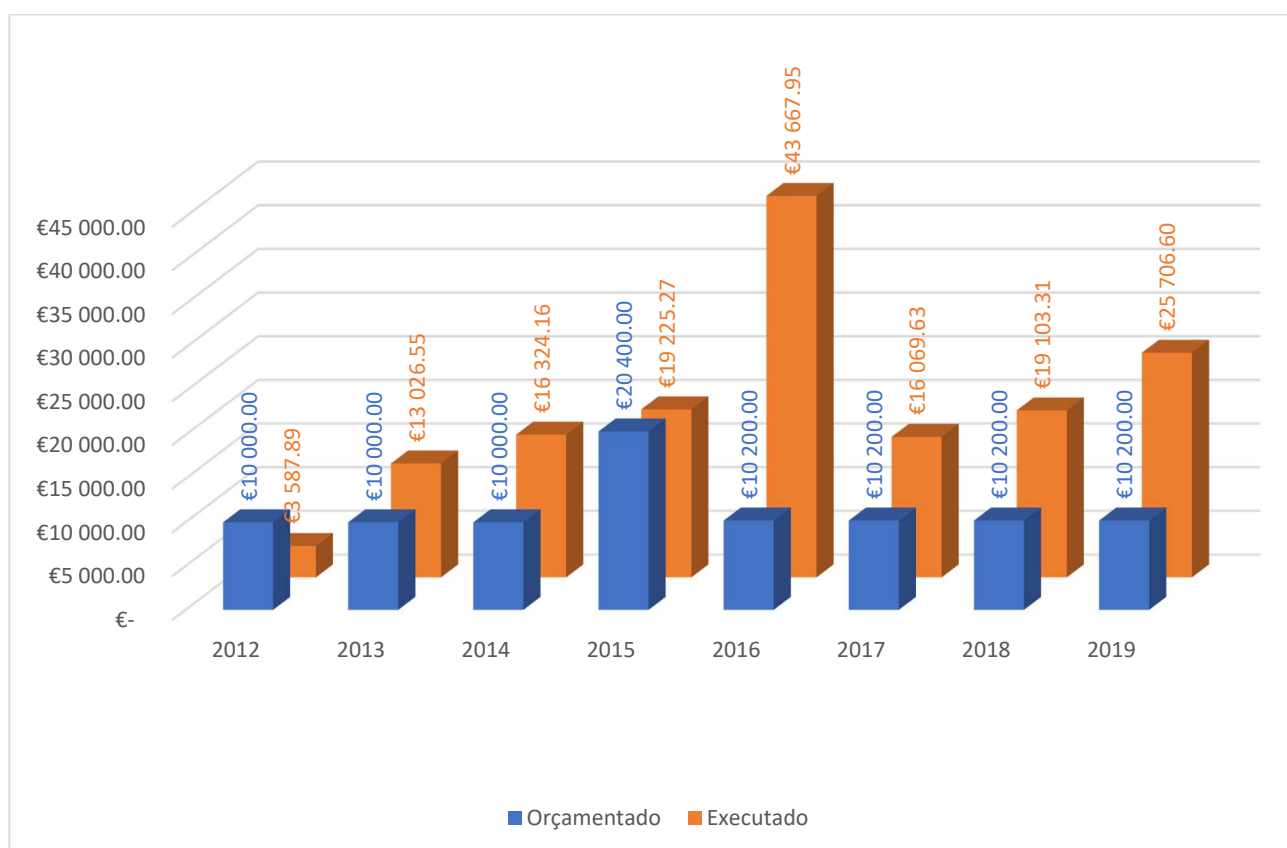
Relativamente ao ano de 2019, deram entrada, no STI, 665 pedidos, cuja despesa elegível totalizava o valor de 57.160,30 Euros. À medida que os pedidos davam entrada no STI foram sendo pagas 50% das comparticipações devidas, no prazo estipulado na alínea a) do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento do FAS, tendo-se atingido, em meados de 2019, a quantia de 15.579,81 Euros.

No final de 2019, ainda se encontravam por processar 167 pedidos, cujo montante, correspondente a 50% da comparticipação devida nos termos do referido artigo 13.º, n.º 6, alínea a) do Regulamento do FAS, ascendia ao montante de 11.589,06 Euros.

No início de janeiro de 2020, com referência aos pedidos que se encontravam pendentes no final de 2019, foram comparticipadas perdas de vencimento no montante de 3.188,91 Euros, ficando ainda por comparticipar a quantia de 8.400,15 Euros.

Assim, para que todos os sócios tenham igualdade de tratamento, deliberou a atual Direção Nacional atribuir a comparticipação devida nos termos do referido artigo 13.º, n.º 6, alínea a) do Regulamento do FAS a todos os pedidos entrados em 2019.

Em face desta deliberação, foi o resultado líquido do exercício de 2019 negativamente influenciado pela quantia de 11.589,06 Euros, reportando-se os efeitos, em termos de execução orçamental, ao ano de 2020.



RECUPERAÇÃO DE PROCESSOS DO FAS EM CONTENCIOSO – PONTO DA SITUAÇÃO

	2013 / 2019
N.º TOTAL DE PROCESSOS	38
N.º TOTAL DE PROCESSOS FINDOS	29
VALOR COBRADO ATÉ 31/12/2019	55.029,40 €
VALOR EM DÍVIDA A 01/01/2020	9.003,40 € €

Relativamente aos processos do FAS em contencioso, durante o ano de 2019, foi recuperada a quantia total de 2.442,07 Euros.

Embora se continue a verificar algum incumprimento por parte dos sócios que recorrem ao FAS, importa contextualizá-lo no cômputo geral dos empréstimos concedidos. Desde dezembro de 2003 (data da informatização dos processos), o Fundo de Ação Social emprestou cerca de 5,2 milhões de euros aos sócios do STI, apurando-se, assim, uma taxa de incumprimento de 0,17%.

SEGURO DE SAÚDE

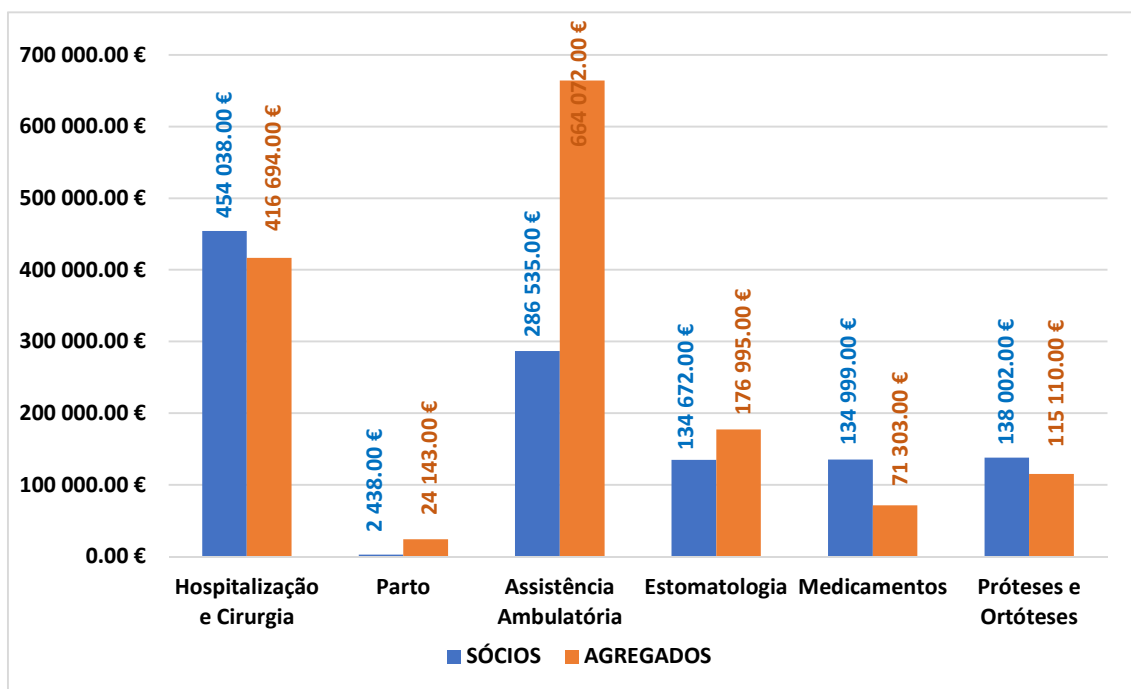
Face ao aumento da taxa de sinistralidade do seguro de saúde e ao aumento dos prémios que essa situação impunha, bem como à forma como a ALLIANZ geriu o seguro de saúde durante os dois últimos anos, a Direção Nacional do STI efetuou uma consulta ao mercado para aferir das condições propostas. Não existem, no mercado português, muitas seguradoras com capacidade para um grupo com esta dimensão. Com esta capacidade existem, no fundo, três grandes grupos seguradores, a MÉDIS, a TRANQUILIDADE/ADVANCECARE e a FIDELIDADE/MULTICARE. A FIDELIDADE/MULTICARE manifestou desinteresse não tendo apresentado qualquer proposta. Apenas apresentaram propostas a MÉDIS, a TRANQUILIDADE/ADVANCECARE e ainda a ALLIANZ. Destas, e após longas e duras negociações, a Direção Nacional optou por adjudicar o Seguro de Saúde à MÉDIS.

A opção pela MÉDIS teve em conta diversos fatores, nomeadamente a qualidade e dimensão da rede de prestadores convencionados, a prestação do serviço, o acesso on-line à conta corrente e a simplificação da remessa dos documentos para comparticipação via app ou site, sem necessidade de posterior envio em “papel”.

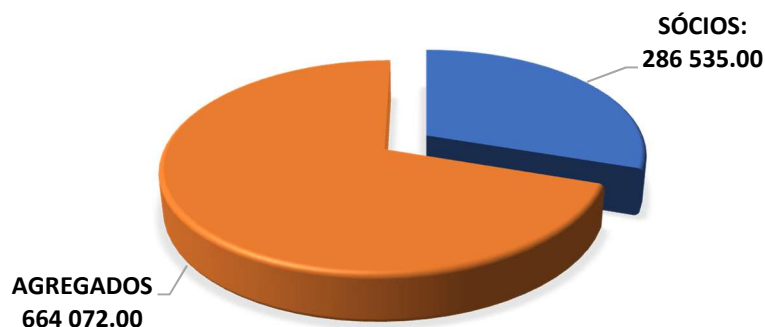
Importa, agora, dissecar os dados relativos à sinistralidade para, de forma clara e inequívoca, se perceber o porquê do aumento dos prémios dos membros do agregado familiar, bem como a razão para a criação de escalões etários.

Da análise dos dados estatísticos fornecidos pela ALLIANZ relativamente ao último ano completo – 2018 - constata-se que:

1. As despesas de ambulatório dos membros do Agregado Familiar “dispararam” para valores superiores a 660.000,00 Euros, como se pode comprovar pelo gráfico seguinte, comparando com pouco mais de 280.000,00 Euros dos Sócios:

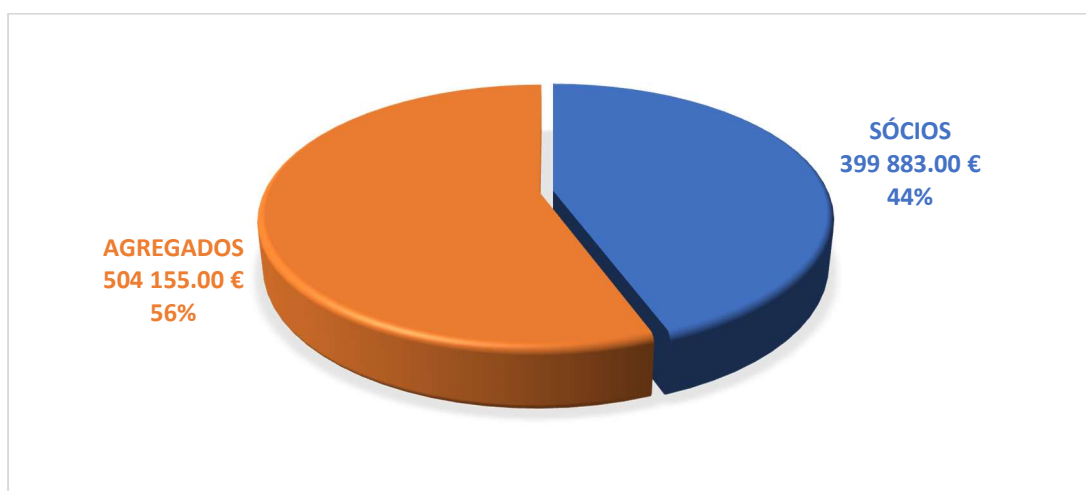


ASSISTÊNCIA AMBULATÓRIA



2. Parte deste aumento do consumo dos membros do Agregado Familiar no ambulatório é justificado, com o facto de os membros do Agregado Familiar, maiores de 24 anos (filhos e cônjuges), só pagarem o chamado co-pagamento, quando recorrem à rede de prestadores convencionados com a ALLIANZ, isto é, só pagam 20% (depois de abatida a franquia) do valor da consulta, quando, antes, pagavam 100% do valor convencionado e depois eram ressarcidos de 80%. Em termos de comparticipação acaba por ser o mesmo valor, mas o facto de “à cabeça”, no momento da realização do ato médico, só pagarem 20%, facilita o uso do seguro.

3. Prova de que há uma relação direta entre este aumento no ambulatório dos membros do Agregado Familiar e o co-pagamento, é o facto de, em 2018, recorrem à rede de prestadores convencionados com a ALLIANZ, cerca de 17% do universo dos utilizadores do Seguro de Saúde e no período anterior, pese embora a rede MÉDIS ser maior e mais diversificada, só 1% recorriam à rede de prestadores.
4. A despesa, na faixa etária superior aos 60 anos, teve um comportamento semelhante ao referido no ponto 1. e também aqui, fundamentalmente nos membros do Agregado Familiar:



Assim, é legítimo concluir, que são os membros do agregado familiar quem mais consome e, nestes, principalmente a faixa etária superior aos 60 anos. Nada que não seja expectável, mas que obrigou à introdução de medidas corretivas no seguro de saúde, sem, contudo, reduzir as garantias.

Estas medidas corretivas passam por diferenciar os prémios pagos pelos membros do agregado familiar. Parece-nos relativamente pacífico aceitar que um filho com 16 anos, não terá o mesmo consumo de um de 30 anos. Igualmente, parece-nos razoável de aceitar que um cônjuge de um sócio com 40 anos, não terá o mesmo consumo de um cônjuge de 70 anos. Daqui, resulta a necessidade de serem criados escalões consoante a idade. Esta diferenciação dos prémios consoante a idade não é nova, pois desde o primeiro momento de existência de seguro de saúde no STI até ao ano de 2007, houve diferenciação do valor do prémio em função da idade do membro do agregado familiar aderente.

Outra das alterações introduzidas a partir de janeiro de 2020 é o fim do co-pagamento. Este mecanismo referido no ponto 2. tinha dois problemas que urgia resolver:

- Primeiro, originava a divisão das pessoas seguras em dois grupos, só podendo beneficiar deste mecanismo os membros do agregado familiar, excluindo, portanto, os Sócios. Esta era uma situação muito contestada pelos sócios;
- Segundo, porque este mecanismo, tudo o indica, facilitava o consumo e contribuiu decisivamente para o aumento da sinistralidade nos membros do agregado familiar;

Assim, o seguro de saúde do STI regressa à sua matriz original e todos os seus membros têm as mesmas regras.

Com estas medidas corretivas procura-se equilibrar o seguro sem, contudo, reduzir as garantias, mantendo, ainda, o seguro de saúde do STI muito competitivo face à oferta existente no mercado.

Esta diferenciação foi efetuada com respeito por dois princípios básicos dos quais não estávamos dispostos a abdicar:

- ✓ **Manter todas as garantias existentes e não efetuando, portanto, nenhuma diferenciação em termos de garantias, e;**
- ✓ **Manter o seguro competitivo, face à oferta existente no mercado, relativamente a seguros de saúde.**

A opção alternativa teria sido, como outros fizeram, reduzir drasticamente as garantias dos membros do agregado familiar, e/ou criar limites de idade para estes. Estamos conscientes dos riscos que a opção efetuada acarreta, mas certos de que esta é a opção que melhor serve os interesses dos nossos Sócios.

Assim, perante a situação antes descrita, de aumento exponencial das despesas dos membros do agregado familiar, e nestes, principalmente, a faixa etária superior aos 60 anos, obrigou a que, de novo, se estabelecessem os prémios por escalões etários. Assim, os prémios mensais a vigorar no ano de 2020, serão:

- Até aos 25 anos, o prémio é 19,50 Euros;
- De 26 a 59 anos, o prémio será 20,50 Euros, e
- Mais de 60 anos, o prémio será de 22,50 Euros.

As condições do seguro de saúde STI/  para 2020, são:

QUADRO DE GARANTIAS, CAPITAIS E FRANQUIAS - 2020

COBERTURAS	CAPITAIS (Euros)	COMPARTICIPAÇÃO (%)
HOSPITALIZAÇÃO	36.000,00	90 / 95*
Intervenção cirúrgica		K máx. € 6,75
Outras Despesas Hospitalares		
Assistência Hospitalar Regime Externo		
Sublimite Litotricia	1.300,00	
PARTO	1.500,00	95 / 100*
Parto Normal		K máx. € 6,75
Cesariana		
Interrupção Involuntária da Gravidez		
AMBULATÓRIO	2.200,00	80 / 85*
Franquia anual / Pessoa Segura € 50,00		
Co-pagamento consulta Domicílio - € 30,00		
Máximo por consulta € 31,00		
Fisioterapia / Tratamentos	250,00	
ESTOMATOLOGIA	250,00	80 / 90*
Franquia anual por Pessoa Segura € 50,00		
MEDICAMENTOS		
Comparticipado pelo SNS/ADSE	150,00	50
Co-pagamento de 3€ por prescrição		
PRÓTESES E ORTÓTESES	300,00	80 / 90*
Franquia anual por Pessoa Segura € 40,00		
Optometria / Visão		
Aros	75,00	
Lentes	75,00	
Lentes de contacto	150,00	

Estão também garantidas:

- ✓ Fisioterapia
- ✓ Terapia da fala;
- ✓ Ventiloterapia;
- ✓ Cinco Consultas de psiquiatria por ano;
- ✓ Duas Consultas de cirurgia vascular, sem necessidade de serem comprovadas por eco-dopler;
- ✓ As duas primeiras consultas de endocrinologia são compartilhadas sem que sejam pedidos esclarecimentos clínicos;
- ✓ Acesso à rede de saúde e bem-estar. A Médis propõe preços mais baixos em centenas de parceiros: ginásios, nutricionistas, terapias não convencionais, check-up e muitos outros;
- ✓ Serviços de enfermagem ao domicílio;
- ✓ Estão seguras as deslocações ao estrangeiro até 45 dias para as situações de doença súbita ou acidente, em regime de reembolso;
- ✓ Os Sócios e respetivos membros do agregado familiar atualmente incluídos no seguro e, portanto, diretamente transferidos da ALLIANZ são transferidos sem qualquer período de carência;
- ✓ Os Sócios e os membros do agregado familiar, incluídos na mesma data do sócio, não têm período de carência;
- ✓ Excecionalmente, os membros do agregado familiar inscritos até 16 de março de 2020, também não têm período de carência;
- ✓ Os membros do agregado familiar inscritos no seguro de saúde, no caso de falecimento do Sócio, podem, caso queiram, permanecer seguros;
- ✓ Os netos dos Sócios podem integrar o seguro de saúde até aos 25 anos;

- ✓ O prazo para remessa de documentos para comparticipação é de 270 dias, nos casos que dependem de declaração da ADSE para complemento de comparticipação e de 90 dias nos restantes;

A rede de prestadores MÉDIS tem hoje:



A questão que neste momento resta aferir é se o Seguro de Saúde STI ainda é competitivo? É a questão que muitos Sócios poderão estar a colocar. Para tentar responder a esta questão foi efetuada uma simulação on-line na mesma Companhia de Seguros onde está o seguro do STI, que se transcreve de seguida, cujos resultados são os seguintes:

Coberturas	Seguro STI / MÉDIS				Seguro Saúde (Simulação MÉDIS)			
	Valor	Prémio Pessoa Segura / Mês			Valor	Prémio Pessoa Segura / Mês		
		25 Anos	50 Anos	60 Anos		25 Anos	50 Anos	60 Anos
Hospitalização	36.000,00 €	19,50 €	20,50 €	22,50 €	15.000,00 €	25,46 €	50,57 €	87,19 €
Assistência Ambulatória	2.200,00 €				1.000,00 €			
Parto	2.000,00 €				Não Inclui			
Medicamentos	150,00 €				Não Inclui			
Próteses e Ortóteses	300,00 €				Não Inclui			
Estomatologia	250,00 €				Não Inclui			

Destes dados podemos extrair algumas conclusões que nos ajudam a perceber que o Seguro de Saúde STI **nunca deixou de ser vantajoso, quer em termos de coberturas quer em termos de prémios. É, ainda assim e apesar do aumento verificado, muito competitivo:**

1. Na simulação efetuada, apesar das garantias serem substancialmente inferiores às do Seguro do STI, os prémios são significativamente superiores e variam também consoante a idade do segurado;
2. O prémio anual de um cônjuge com 60 anos, por exemplo, no Seguro de Saúde do STI é de **270.00 Euros/ano**, enquanto na simulação, para um cônjuge também com 60 anos, o prémio é de **1.046.28 Euros/ano**. No caso de um filho com 25 anos, o prémio no seguro de saúde do STI é de **234,00 Euros/ano**, enquanto na simulação, para um filho com 25 anos o prémio anual é de **305,52 Euros/ano**. **Isto, recorde-se, para um seguro com menos garantias, pois não inclui parto, medicamentos, próteses e ortóteses e estomatologia.**

Não há assim qualquer dúvida que, apesar do aumento, o seguro de saúde do STI é ainda bastante competitivo, relativamente aos existentes no mercado.

ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS (AMSFJ)

No ano de 2012, o STI estabeleceu um **protocolo para a área da saúde** com o Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ).

Esse protocolo permitia aos associados do STI e aos seus familiares beneficiarem da Assistência Médica daquele sindicato (AMSFJ) que consistia no acesso, em condições vantajosas, a um conjunto de serviços proporcionados por prestadores privados de saúde, nomeadamente médicos, dentistas, centros de enfermagem, laboratórios, clínicas, hospitais, etc.

O acesso dos sócios do STI a esta rede de prestadores de serviço era feito mediante a emissão, por parte do SFJ, de um cartão em nome de cada titular (sócio). O custo desse cartão era inteiramente suportado pelo STI.

Também os cônjuges, ou legalmente equiparados, ascendentes e descendentes de ambos até ao 2º grau, poderiam beneficiar deste protocolo. O custo da emissão do cartão para os agregados seria inteiramente suportado pelo sócio e tinha um custo de 10 Euros.

Apesar de já existir uma rede de cobertura territorial bastante significativa e diversificada, verifica-se que em determinadas zonas, designadamente, do interior e ilhas, há dificuldades de se alargar a rede a novos prestadores de serviços médicos.

Por esse motivo e porque o custo da AMSFJ é considerável para o STI e não beneficia igualmente todos os seus sócios, nos Conselhos Gerais em que foram aprovados os Orçamentos de 2018 e de 2019 foram feitas recomendações à DN no sentido de esta realizar um levantamento rigoroso do custo/benefício deste protocolo para o STI.

No início do protocolo, os cartões foram válidos por 3 anos (2013 / 2014 / 2015). A partir de 2016, a validade dos cartões passou a ser bienal. Em 2016, foi renovado o protocolo para o biénio 2016/2017, em 2018 voltou a ser renovado para o biénio 2018/2019. Em 2019, foi o referido protocolo novamente renovado para o biénio 2020/2021. Refira-se que o acordo celebrado entre o STI e o SFJ previa a renovação automática do protocolo, caso nenhuma das partes o denunciasse com uma antecedência de 90 dias em relação ao final do biénio.

No Conselho Geral de dezembro de 2019, foi aprovada uma proposta no sentido de revogar, com efeitos a 01/01/2020, a renovação do referido protocolo.

Acontece que, não tendo sido denunciado o protocolo com a antecedência de 90 dias antes do final do biénio, como estabelecido no acordo, os cartões para o biénio 2020/2021 já se encontravam emitidos na data daquela deliberação, estando já o respetivo custo incorrido por parte do SFJ.

A nova Direção Nacional do STI, no sentido de cumprir com a deliberação do Conselho Geral, procurando, contudo, evitar a degradação da já longa relação de parceria existente entre os dois sindicatos, convocou de imediato uma reunião com a Direção do SFJ, a qual veio a ocorrer no dia 08/01/2020, tendo chegado ao seguinte acordo, que se julga benéfico para todas as partes envolvidas:

- Manutenção da validade dos cartões emitidos para o biénio 2020/2021;
- Redução do preço inicialmente acordado de 30.000 Euros, a pagar em dois anos, para 15.000 Euros, a pagar, igualmente, em dois anos;
- Possibilidade de os agregados solicitarem a emissão de cartões mediante pagamento de 10 Euros;
- Possibilidade de os sócios do STI, que tenham conhecimento e eventual contacto com potenciais aderentes ao estabelecimento de protocolos e que sejam considerados de interesse geral, canalizem os mesmos para o STI, que os fará chegar ao SFJ;
- Possibilidade de, no futuro, se estabelecer um novo protocolo de adesão facultativa à AMSFJ, pelos sócios do STI que o requeiram;
- Preservação de boas relações institucionais e abertura para o estabelecimento de novas parcerias que sejam vantajosas para todos os sócios do STI.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANO 2019

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

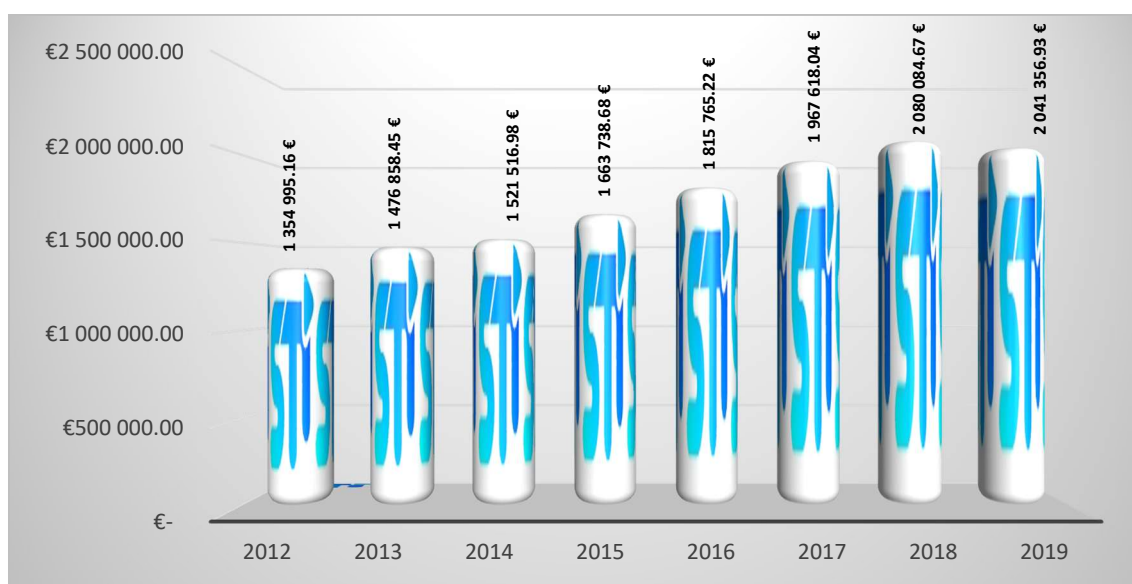
DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO PARA 2019	EXECUÇÃO	%
RECEITAS			
Quotizações	904 612,80 €	859 620,84 €	95%
Seguro de Doença (Agregados Familiares)	1 674 000,00 €	1 532 276,04 €	92%
Outros rendimentos suplementares	46 000,00 €	39 572,40 €	86%
Juros e outros rendimentos similares	3 000,00 €	1 180,29 €	39%
Descontos do prémio do seguro	30 000,00 €	30 000,00 €	100%
Cartões AMSFJ (Familiares)	5 000,00 €	720,00 €	14%
TOTAL A	2 662 612,80 €	2 463 369,57 €	93%
DESPESAS			
Seguro de Doença:			
Sócios	903 100,00 €	904 308,10 €	100%
Agregados Familiares	1 674 000,00 €	1 532 276,04 €	92%
Comparticipação na Doença	2 500,00 €	1 969,77 €	79%
Perdas de Vencimento	10 710,00 €	25.706,60 €	240%
Gastos Financeiros/Encargos Bancários	6 000,00 €	6 631,32 €	111%
Cartões AMSFJ	5 000,00 €		0%
TOTAL B	2 601 310,00 €	2 470 891,83 €	95%
(A-B)	61 302,80 €	-7 522,26 €	
Despesas não orçamentadas	61 302,80 €	0,00 €	
Saldo	0,00 €	-7 522,26 €	

9. FUNDO DE GREVE

Em 2019, a evolução da situação patrimonial do Fundo de Greve é a seguinte:

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.080.084,67 €
PAGAMENTO DA GREVE DE DEZEMBRO 2018	-152.713,31 €
QUOTAS DE 2019 (5%), JUROS E SALDO DE GERÊNCIA	113.985,57 €
SALDO FINAL DE 2019	2.041.356,93 €

FUNDO DE GREVE – EVOLUÇÃO 2012/2019



DEPÓSITOS A PRAZO FUNDO DE GREVE

DESIGNAÇÃO	VALOR EM 31/12/2019
Caixa Geral Depósito	897.000,00 €
Millennium BCP	460.000,00 €
Montepio Geral	300.000,00 €
TOTAL	1.657.000,00 €

DEPÓSITOS À ORDEM FUNDO DE GREVE

DESIGNAÇÃO	VALOR EM 31/12/2019
Banco Santander	210.832,48 €
Caixa Geral Depósitos	157.531,57 €
Millennium BCP	15.090,07 €
Montepio Geral	902,81 €
TOTAL	384.356,93 €

Os valores afetos ao Fundo de Greve, que ainda não se encontram consolidados em depósitos a prazo, resultam, essencialmente, de depósitos a prazo vencidos em 2019, como é o caso do valor de 210.832,48 Euros no Banco Santander, e do valor resultante das quotas cobradas no decurso do ano de 2019.

O Fundo de greve, que se encontra contabilizado na seguinte conta do balancete, espelha, não só os 5% das quotizações mensais, mas também a percentagem estatutária dos saldos de cada gerência anual (40%) e ainda os juros gerados pelos depósitos a prazo a ele afetos.

CONTA	DESIGNAÇÃO	VALOR
55.2.2.	Fundo de Greve	2.041.356,93 €
	TOTAL	2.041.356,93 €

10.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANCETE DO RAZÃO

Mês 12 / Dezembro



SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Data: 31.12.2019

Cta	Nome da Conta	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Acum.	Crédito Acum.	Saldo Devedor	Saldo Credor
11	Caixa		558.64	5 756.43	4 826.78	929.65	
12	Depósitos À Ordem	1 129 913.52	1 572 275.56	10 566 231.46	10 164 199.56	402 031.90	
13	Outros Depósitos Bancários	765 000.00	700 000.00	3 661 000.00	1 404 000.00	2 257 000.00	
21	Associados	29 088.95	37 380.15	631 002.09	415 093.71	226 426.34	10 517.96
22	Direcções Regionais/Distritais	28 194.69	110 685.02	308 161.13	267 897.00	40 264.13	
23	Pessoal	237.24	118.62	1 651.54	1 770.16		118.62
24	Estado E Outros Entes Públicos	26 223.13	14 060.74	231 675.61	244 496.96	349.26	13 170.61
27	Outras Contas A Receber E A Pagar	168 767.87	252 096.14	2 116 707.04	2 200 918.04	146 230.72	230 441.72
41	Investimentos Financeiros	25.81		1 502.13		1 502.13	
43	Activos Fixos Tangíveis		54 682.96	2 181 901.21	979 250.69	2 180 624.42	977 973.90
55	Reservas		12 035.23	156 330.51	4 915 841.02		4 759 510.51
56	Resultados Transitados	179 099.72		670 430.51		670 430.51	
62	Fornecimentos E Serviços Externos	642 144.71	184 549.96	3 100 290.34	220 981.16	2 879 309.18	
63	Gastos com O Pessoal	44 273.46	4 461.63	494 707.49	11 774.42	482 933.07	
64	Gastos de Depreciação E de Amortização	54 682.96		54 682.96		54 682.96	
65	Perdas por Imparidade	8 043.36		8 043.36		8 043.36	
68	Outros Gastos E Perdas	141 499.41	322.22	526 237.41	88 719.21	437 518.20	
72	Prestações de Serviços-Quotizações	40 172.61	282 110.19	874 911.83	4 589 398.52	774.19	3 715 260.88
78	Outros Rendimentos E Ganhos		14 420.16		63 180.53		63 180.53
79	Juros E Outros Rendimentos Similares		17 610.22	0.50	18 875.79		18 875.29
81	Resultado Líquido do Período			117 641.19	117 641.19		
	Totais:	3 257 367.44	3 257 367.44	25 708 864.74	25 708 864.74	9 789 050.02	9 789 050.02



BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Valores em EURO

Página 1

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2019	31 Dez 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis		1 202 650.52	1 186 157.27
Activos intangíveis			
Outros Activos financeiros		1 502.13	1 058.10
		1 204 152.65	1 187 215.37
Ativo corrente			
Activo Corrente			
Sócios Emprestimos FAS		214 664.20	252 434.02
Sócios Emprestims FSE		4 709.86	10 265.91
Seguro Grupo Vida/Reforma			
Direcções Regionais/Distritais		40 264.13	38 620.19
Estado e outros entes publicos		349.26	559.05
Apoio Juridico a Sócios		2 929.00	9 310.69
Outras contas a receber		146 230.72	155 207.28
Outros acrescimos de gastos			
Sócios Ferias			
Outros - João Mata/Petrogal			
Caixa e depósitos bancários		2 659 961.55	2 695 809.18
		3 069 108.72	3 162 206.32
		3 069 108.72	3 162 206.32
Total do ativo		4 273 261.37	4 349 421.69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Capital Próprio			
Reservas Legais/Estatutárias			
Fundo de Greve		2 041 356.93	2 080 084.67
Reservas p/Investimento		2 166 478.89	2 166 478.89
FAS - Reservas Legais		551 674.69	551 674.69
Resultados transitados		- 670 430.51	- 373 689.60
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado liquido do período		- 67 868.04	- 117 641.19
Interesses minoritários			
Total dos fundos patrimoniais		4 021 211.96	4 306 907.46
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo Não Corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por beneficios pós emprego			
Passivos por impostos diferidos			
			Continua...

**BALANÇO**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Valores em EURO

Página 2

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2019	31 Dez 2018
Outras contas a pagar		118.62	117.14
		118.62	117.14
Passivo corrente			
Passivo Corrente			
Direcções Distritais/Regionais			9.02
Seguro Grupo Vida/Reforma		6 394.68	7 007.97
Estado e outros entes públicos		15 094.39	22 470.30
Outras contas a pagar		230 441.72	12 909.80
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Caixa e Depósitos Bancários			
		251 930.79	42 397.09
Total do passivo		252 049.41	42 514.23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 273 261.37	4 349 421.69

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Valores em EURO

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2019	31 Dez 2018
Quotizações		3 714 486.69	3 547 743.30
Fornecimentos e serviços externos		(2 879 309.18)	(2 574 028.10)
Gastos com o pessoal		(482 933.07)	(473 813.51)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1	(8 043.36)	
Outros rendimentos e ganhos		63 180.53	84 223.28
Outros gastos e perdas		(437 518.20)	(665 180.62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(30 136.59)	(81 055.65)
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(54 682.96)	(55 955.89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(84 819.55)	(137 011.54)
Juros e rendimentos similares Obtidos		18 875.29	23 538.16
Resultado antes de impostos		(65 944.26)	(113 473.38)
Imposto sobre o rendimento do período		(1 923.78)	(4 167.81)
Resultado líquido do período		(67 868.04)	(117 641.19)

11. PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No uso das competências conferidas pelo art.º 26.º dos Estatutos do STI, reuniu-se o Conselho Fiscal (CF) em 6 de Março de 2020, para elaborar parecer sobre o Relatório e Contas que nos foram presentes pela Direção Nacional (DN) relativas ao período de 2019. Com vista ao presente parecer verificamos periodicamente as contas do Sindicato, as quais compreendem a Gestão Corrente e o Fundo de Ação Social, bem como as contas das Direções Distritais e Regionais.

Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão do nosso parecer.

1. Das verificações efetuadas aos elementos de escrituração constatamos que:

- a) A contabilidade está organizada nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o Regime da Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), sendo salvaguardadas as especificidades da atividade sindical;
- b) Os documentos de suporte aos registos contabilísticos estão devidamente arquivados e de fácil acesso;
- c) As contas prestadas pelas Direções Distritais e Regionais evidenciam satisfatoriamente as operações efetuadas;

2. Sobre o resultado contabilístico apresentado, duas reservas de caráter técnico:Transferência de verbas

De acordo com a alínea q) do n.º 1 do art.º 25º dos Estatutos, constitui competência da DN transferir verbas entre as rubricas orçamentais até ao valor de 200 unidades de conta (€ 20.400), necessitando de autorização do CF para essas transferências quando exceda aquele limite, como determina o n.º 4 do art.º 26º dos Estatutos.

Elencamos um conjunto de rubricas em que a execução excedeu largamente o orçamentado (excesso superior a € 5.000), resultante de decisões da DN, sem que tivesse sido pedida a autorização supra referida:

Rubrica	Orçamento	Execução	Excesso	%
Gestão corrente:				
Outras reuniões	8.000 €	20.743 €	12.743 €	259%
Honorários	31.000 €	60.733 €	29.733 €	196%
Comparticipação em livros	20.000 €	26.497 €	6.497 €	132%
Códigos STI	20.000 €	45.608 €	25.608 €	228%
Fundo Ação Social:				
Perdas de vencimento	10.710 €	25.706 €	14.996 €	240%

Perdas de vencimento

Para além da infração do ponto anterior, a despesa suportada com as perdas de vencimento excedeu o limite previsto no n.º 6 do art.º 13º do Regulamento do Fundo de Ação Social.

Esta norma determina que, quando o valor dos pedidos exceda a verba orçamentada, será efetuado rateio na proposição respetiva, disposição regulamentar que não foi cumprida.

Despesas com a Comissão Eleitoral

Foram contabilizadas em 2019 despesas com tomadas de posse, no montante de € 1.685,47, imputadas por membros da Mesa Coordenadora (MC) como componentes da Comissão Eleitoral (CE), indevidas na medida em que estes membros não podem integrar a CE por força do disposto nos art.ºs 11º, n.º 3 e 13º, n.º 4 dos Estatutos.

3. As seguintes despesas merecem a nossa reserva:Despesas com advogados externos

Na conta "62.7.9.2 – Apoio Técnico e Jurídico – Outros" foram contabilizados gastos com advogados externos no montante total de € 41.653,27. Estes gastos estão integrados na rubrica Orçamental "Honorários".

De acordo com o Relatório e Contas, parte destes gastos estão relacionados com ações judiciais em que é parte interveniente o ex-presidente da DN, a saber:

- Procº nº 348/12.1JDLSB - € 7.658,58
- Procº nº 1735/16.1T9LSB.L1 - € 24.773,89

As faturas que suportam os referidos gastos, emitidas pela sociedade "Caiado Guerreiro, Sociedade de Advogados, SP, RL", são as seguintes:

- Fatura FA 2019/580, datada de 2019.02.01, no montante de € 12.834,29, com a descrição "Relatório 129_2019 (Dossier 3729.001 - Serviços Legais)". Esta fatura foi contabilizada em Abril, com o nº de registo 709;
- Fatura FA 2019/581, datada de 2019.02.01, no montante de € 7.685,58, com a descrição "Relatório 130_2019 (Dossier 3729.002 - Serviços Legais)". Esta fatura foi contabilizada em Março, com o nº de registo 498;
- Fatura FA 2019/1950, datada de 2019.05.13, no montante de € 11.939,60, com a descrição "Relatório 3772_2018 (Dossier 3729.001 - Serviços Legais)". Esta fatura foi contabilizada em Outubro, com o nº de registo 1951.

Não está justificado se os referidos processos tratam de questões pessoais ou de questões funcionais. Nos termos regulamentares, o STI só poderá suportar estas despesas se se concluir tratar-se de ações de âmbito funcional.

Face a esta dúvida será remetida participação ao órgão competente.

Despesas no âmbito do n.º 2 do art.º 19º do ROC

Prevê este normativo que:

"Nos casos em que no âmbito exclusivo da actividade sindical a DN convide outras pessoas para almoçar ou jantar, o limite acima referido (25% ajuda custo) não se aplica. Neste caso, a prova será feita mediante recibo donde conste a quantificação dos convidados e o fundamento da despesa".

Esta norma, de carácter extraordinário, foi criada para situações especiais para evitar o constrangimento de um limite na referida despesa, sempre que se convidasse alguém de relevo para os interesses do STI.

Não obstante os sucessivos alertas do CF, o presidente da DN continua a banalizar o recurso ao disposto no nº 2 do artº 19º do ROC, tendo o STI, ao longo de 2019, suportado nesta rubrica gastos de cerca de € 6.398,00, com o pagamento de 105 refeições, destacando-se, a fazer fé no descritivo mencionado pelo presidente, 38 refeições com a comunicação social, 18 com vários membros do governo, 9 com deputados à AR e 12 sem qualquer referência

Utilização de viatura própria por parte do presidente da DN

Apesar de ter uma viatura exclusivamente à sua disposição, no ano de 2019 continuou a verificar-se a utilização de viatura própria por parte do presidente da DN, de forma sistemática.

Esta prática originou gastos para o STI num montante de € 13.534,00.

Apesar das sucessivas recomendações, o montante desta despesa continuou a aumentar sem qualquer justificação.

Outras despesas

Encontra-se contabilizado, através do doc interno 1605, de 26.08.2019, uma despesa de € 1.000,00, em vales FNAC, paga pelo sr. Paulo Ralha, com a menção de uma suposta entrega a um designer gráfico, não identificado.

A despesa configura uma situação de sujeição a IRS. O ex-presidente recusou-se a identificar o beneficiário.

4. Parecer

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos resultantes das situações para as quais emitimos reserva, as demonstrações financeiras evidenciam apropriadamente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição e o desempenho financeiros do STI, pelo que somos de parecer que o Relatório e Contas do período de 2019 deve merecer aprovação.

Ô Conselho Fiscal,

José Manuel Amaral Rocha

António Carlos Ferreira Almeida

Manuel Joaquim Santos Oliveira

Manuel Fernando Moreira Sousa